

34.º Encontro Anual da Anpocs

ST 13 - Grupos Dirigentes e Estruturas de Poder

Os usos de “ismos” em batalhas políticas e intelectuais (RS/MA)

Igor Gastal Grill (UFMA)

Introdução

O cenário político brasileiro é perpassado por expressões como “lulismo”, “carlismo”, “malufismo”, “sarneyismo”, “brizolismo”, “getulismo”, “janismo”, etc. Esses “ismos” possuem uma função muito mais avaliativa do que denotativa (COLLOVALD, 1991), isto é, julgamentos pejorativos e leituras consagradoras se mesclam em um universo de personificação do capital político como forma de capital simbólico (BOURDIEU, 1989). Tais termos fixam igualmente uma idéia de unidade e de continuidade a partir da associação reivindicada ou denunciada entre agentes atuantes no espaço político.

Propõe-se neste texto um exercício de reflexão sobre esses mecanismos de exaltação/identificação e desqualificação/distinção em dois estados brasileiros: Maranhão Rio e Grande do Sul. O material empírico foi definido a partir do exame de um conjunto de fontes (repertórios biográficos, memórias, biografias, entrevistas em profundidade, produção escrita de “políticos profissionais”, etc.) acumulado na realização de pesquisas anteriores de maior fôlego sobre as dinâmicas de seleção de “elites políticas” nas duas *configurações regionais* (GRILL, 2003; 2005, 2008, 2009), cujo tratamento permitiu o armazenamento de informações biográficas de ocupantes de cargos eletivos (1945-2010).

A análise desse universo mais amplo trouxe à tona aspectos referentes à centralidade de expressões que informam “etiquetas políticas”. Com maior ou menor ênfase, “getulismo”, “pasqualinismo” e “brizolismo” no interior do “trabalhismo”, para o caso gaúcho, e “vitorinismo” e “sarneyismo”, para o maranhense, são categorias ativadas como critérios de aproximação e de estabelecimento de clivagens, mediante as quais as lutas faccionais¹ que atravessam o espaço de luta política no plano estadual se definem e redefinem.

A produção e a transformação dessas expressões em instrumento de estigmatização ou de filiação (no duplo sentido de constituição de herdeiros e de vinculação a “ideologias”) compõem o trabalho coletivo de diversos agentes e instituições que as mobilizam com vistas à associação pessoal com ícones da política ou à desqualificação de adversários, via ligação com “figuras emblemáticas” e práticas rechaçadas. Desde a ativação feita pelos “profanos” até aquelas operadas pelos especialistas da representação política, passando por uma série de intérpretes estabelecidos tanto nos domínios políticos como intelectuais, proliferam-se exemplos de usos possíveis.

Assim, a presente comunicação se centra nos condicionantes que interferem na emergência dessas taxonomias que dão sentido às lutas políticas e que abrangem, por um lado, a afirmação de

¹ Utiliza-se neste trabalho a noção de facção no sentido dado por Landé (1977), quer dizer, coalizões políticas rivais, instáveis e temporárias, centradas em lideranças personalísticas, cujos seguidores são recrutados de acordo com os recursos disponíveis para seus *egos*, que são capazes de gerar retribuições àqueles que aderem à sua liderança.

características sociais, as trajetórias seguidas e os posicionamentos assumidos por determinadas lideranças políticas que se afirmam como “ícones” das histórias políticas regionais, e, por outro lado, são tributárias das apropriações e versões oferecidas por agentes imersos nas disputas tanto político-partidárias como “letradas” (vinculadas de alguma forma ao universo “intelectual”) que permeiam tais dinâmicas. Em especial, procura-se relacionar os intérpretes de “ismos” e as suas tomadas de posição, que se efetivam, a um só golpe, na edificação dessas classificações e da sua definição, ou seja, na tradução dos seus “significados”, “legados”, “heranças”, “ensinamentos”, etc., sejam eles avaliados de forma positiva ou negativa. Neste caso, foram observados os recursos sociais sobre os quais se assentam a reputação política e intelectual dos “ícones” e dos “intérpretes” (origem social, reconhecimento profissional, cargos políticos, títulos, pertencimentos a instâncias de consagração intelectual), seus alinhamentos políticos, seus movimentos nos jogos faccionais, as instituições a partir das quais se pronunciam e a utilização de um passado mais ou menos remoto com vistas à afirmação política.

“Ismos” sintetizam tomadas de posição que somente adquirem sentido em relação a outras classificações, desvios, descontinuidades e distinções que estabelecem, bem como são erguidos em referência a aproximações e continuidades que informam, com deslocamentos constantes. Quando concernidos ao universo político adquirem a singularidade de estarem diretamente ligados a condições de *elegibilidade*, quer dizer, impõem-se como instrumentos de localização de agentes em “linhagens” e de associação com “patrimônios coletivos”. Ao reconhecimento desses pertencimentos por parte dos demais políticos (ou pares) e dos eleitores conjuga-se que a possibilidade de ocupar posições de poder político está condicionada à posse de recursos (“nomes”, lugares nas tramas políticas, cargos, vínculos pessoais e familiares) e de disposições para saber utilizá-los e frutificá-los na competição política. Sendo assim, não é possível apreender as versões sobre o “vitorismo”, o “sarneyismo”, o “trabalhismo”, o “getulismo”, o “brizolismo”, sem abordar as condições e estratégias de inscrição dos personagens em tecidos relacionais, dotados de plasticidades, impulsionadores do acesso a postos políticos e, acima de tudo, que funcionam como referência da memória política regional, instituindo-se como uma fonte de perpetuação de sentidos que animam a política e que atualizam a configuração de lutas e identidades, firmando-se como trunfo político não negligenciável (ABÉLÈS, 1989).

A análise de processos de seleção de “elites políticas” no Maranhão – conhecido como o principal “domínio do sarneyismo” – e no Rio Grande do Sul – considerado o “berço do trabalhismo” e do “brizolismo” – apontam, então, para a formação de espaços regionais “encerrados em redes de linhagens, elas mesmas interconectadas”, mediante as quais estar “filiado a uma rede política de parentes e aliados” é condição para se tornar elegível (ABÉLÈS, 1992, p. 65). Desse modo, é a partir dessas relações e vínculos que se encontra a base para a gestação de rótulos que

homogeneizam componentes, rotinizam práticas e sedimentam representações, compondo, por esse intermédio e precariamente, as condições propícias para as tentativas de sua superação e/ou reinvenção.

As referidas dinâmicas de estruturação do espaço político estão relacionadas também aos princípios de hierarquização social em pauta e sua reconversão em critérios de legitimação de “elites políticas” nos dois estados. Os padrões de reprodução das “famílias” na política e das carreiras dos agentes analisados no empreendimento mais amplo permitiram perceber - via origens sociais, percursos profissionais, escolares e políticos, assim como estratégias de legitimação e notabilização de personagens do mundo da política e dos seus antepassados - algumas regularidades e discrepâncias. Há maior peso no Maranhão de “famílias” estabelecidas social e politicamente ainda no século XIX ou nas primeiras décadas do século XX, de políticos com títulos de médico e engenheiro, além de advogado, conquistados em instituições públicas da capital e de centros maiores e que começam as carreiras políticas por cargos públicos via indicação e as carreiras eletivas “por cima” (diretamente como deputados federais). Destaca-se igualmente a constante localização dos protagonistas e dos “grupos familiares” na história regional, tendo como base a referência mítica da “tradição intelectual” que existiria no estado. No caso do Rio Grande do Sul, por seu turno, constata-se maior diversificação dos segmentos dos quais são originários os políticos, com destaque para importância numérica dos descendentes de imigrantes alemães e italianos, de professores de ensino médio, secundário e universitário (ao lado das profissões tradicionais), bem como da passagem por instituições públicas e privadas (chamadas de “comunitárias”) de ensino superior situadas no interior do estado. Os políticos ingressam na carreira política mais frequentemente por cargos eletivos e principalmente periféricos (como vereança) e há um esforço recorrente entre eles de se situarem nas lutas militares, políticas e entre siglas que marcariam e singularizariam a “história do estado”².

Os personagens que simbolizam os “ismos” contavam com propriedades sociais relevantes para a inscrição na “história política regional” e com trabalhos coletivos de legitimação dos seus recursos, das suas biografias, dos seus pertencimentos, das suas identidades, enfim, do seus “lugares”. Políticos e intérpretes (críticos ou laudatórios) que compartilham das mesmas referências objetivas, subjetivas e formalizadas (HAEGEL, 1990), quer dizer, de um passado substancializado

² No empreendimento mais amplo foram cotejados dados relativos: aos perfis (profissão, grau de escolarização, instituição de obtenção de títulos universitários, etc.); aos trajetos políticos (cargo e idade de ingresso na carreira de postos eletivos e políticos, tempo de carreira e número de candidaturas); ao *background* social (posição social de origem ou atividades desempenhadas pelos ascendentes no período que precede o ingresso das “famílias” nas disputas eleitorais); e às concepções em disputa acerca das formas legítimas de atuação política entre deputados federais dos dois estados no período 1945-2010. Para uma apresentação detalhada dos resultados, ver Grill (2008 e 2009).

(monumentos, eventos, datas, etc.), integrado (memória política de “grupos”) e codificado (adesão a signos de continuidade entre passado, presente e futuro), contribuem para tanto.

“Vitorinismo” e “Sarneyismo”³

Dois personagens tiveram seus “nomes” e suas “lideranças” como suportes da constituição de “etiquetas políticas” que dominaram a política maranhense ao longo do período 1945-2010, sucedendo-se nas posições de poder político no estado: Vitorino Freire e José Sarney. Em torno de ambos se constituíram *redes* de seguidores e, em oposição aos mesmos e às facções que dirigiram, se consolidaram facções rivais (“frentes oposicionistas” articuladas em nome do objetivo comum de derrotar o “grupo” dominante).

Vitorino Freire assentou sua posição central no jogo de disputas políticas como um “preposto do poder central” (MICELI, 1981; COSTA, 2006). Filho de um fazendeiro que atuava na política local em Pernambuco, ele inaugurou sua atuação no Maranhão em 1933 como secretário de governo e responsável pela organização do PSD para as eleições de 1934. Com o fracasso do partido naquele pleito, Vitorino Freire somente retornou para o estado em 1945 como um dos principais “articuladores” da candidatura do General Eurico Dutra à presidência da República, depois de ter ocupado vários cargos na esfera federal. Foi deputado federal e senador entre 1947 e 1970. Comandou a dinâmica política estadual durante vinte anos (1945-1965), fazendo uso das principais funções que caracterizam aquilo que pesquisadores da história política maranhense chamam de “oligarquia”: 1) conduzindo o jogo partidário e uso das siglas; 2) estabelecendo a mediação com o centro ou exercendo o que seriam estratégias periféricas de articulação com o poder central (REIS, 2007; COSTA, 2006). Além disso, contou com o fortalecimento de uma configuração de apoios e de seguidores que, apesar de instável devido às frequentes crises “intra-oligárquicas” (REIS, 2007; COSTA, 2007) ou realinhamentos nas lutas entre facções, revelou grande potencial de renovação de elos e sedimentação de cadeias de lealdades.

Analizando o conjunto de agentes (ocupantes de cargos políticos eletivos) atuante na órbita da liderança de Vitorino Freire, as alianças e clivagens em pauta (detectadas a partir de uma coletânea de 50 biografias publicada por Benedito Buzar⁴ em 2001), chama à atenção as estratégias de afirmação, de reprodução e de “sucessão” política das principais lideranças identificadas, assim como os mecanismos de cooptação operados pelo líder⁵. Essas lideranças são originárias

³ No material aparecem variações na forma da grafia do rótulo como “Sarneysismo”, “Sarneyzismo”, “Sarneisismo”, “Sarneismo”. Adotamos a mais corrente delas: “Sarneyismo”.

⁴ Ver caracterização mais adiante.

⁵ Não se deve deixar de mencionar que seu filho, Luis Fernando Freire, foi deputado federal, suplente de senador e senador; seus sobrinhos, Djalma Brito e Pedro Brito, deputados estaduais; e outro sobrinho, José de Brito Freire Sobrinho, deputado federal.

predominantemente de dois segmentos de origem: 1) “famílias tradicionais” estabelecidas social e politicamente no período que antecedeu ao estado novo (muitas delas ainda no século XIX); 2) “descendentes de imigrantes libaneses” cujas “famílias” passaram por uma ascensão social significativa (segmentos que também se encontravam na coalizão rival, as chamadas “oposições coligadas”).

Observa-se que os perfis dos agentes aliados à Vitorino são marcados por ocupações ligadas ao domínio jurídico, ao “mundo empresarial” e ao exercício da medicina, destacando-se a posse de títulos superiores e a passagem por instituições situadas na capital São Luís ou em centros maiores. As carreiras políticas dos mesmos foram inauguradas em cargos obtidos mediante nomeações ou diretamente por mandatos de deputado estadual ou federal e contavam com importantes trunfos na competição política, sobressaindo-se a vinculação aos “ascendentes” com participação política, os laços de parentesco na mesma geração e a constituição de “sucessores”. Sem deixar de mencionar que as adesões desses agentes à figura de Vitorino Freire obedeciam a fidelidades e alinhamentos anteriores à redemocratização iniciada em 45⁶ e guardaram relação com lealdades e rivalidades intergeracionais, bem como resultaram da atualização de vínculos ou rompimento de laços interpessoais. Contudo, a força da expressão “vitorinismo” adveio das estratégias bem sucedidas dos seus opositores, visando estabelecer uma descontinuidade entre o “período” da política maranhense dominado por Vitorino Freire e aquele iniciado com a chegada das “oposições coligadas” ao governo do estado, quando, em 1965, José Sarney se elegeu governador.

A afirmação da liderança de José Sarney nesse processo se apóia em um conjunto de propriedades sociais, no pertencimento a determinadas *redes* de relações e nos posicionamentos nas lutas faccionais ocorridas entre 1945 e 1965. Filho de um desembargador e com “ascendentes” “estadistas”, “ministros”, “homens de letras”, “magistrados”, etc. a “imagem” de Sarney foi construída a partir de uma condição de “sucessor” e amparada na inscrição reivindicada em diferentes ramos de atividades. Seus trunfos mais contundentes foram buscados no pertencimento a uma “geração” notabilizada pela atuação política e literária, pela “preocupação com os problemas econômicos e sociais”, pela ênfase no “planejamento”, pelo “rótulo modernista”, etc. (GONÇALVES, 2000; COSTA, 2007). Seu ingresso na carreira política se deu graças à nomeação como assessor do governador, em 1950, por intermédio da orientação de Vitorino Freire que atendia um pedido do pai de José Sarney. Apesar disso, transitou entre “governo” e “oposição” durante a década de cinquenta e início da década de sessenta até que, com o apoio do governo militar, conseguiu se consolidar como o “herdeiro” do “legado das oposições coligadas” (COSTA, 2006). A

⁶ Três facções e seus líderes se enfrentavam na década de 1930: os “genesistas” (liderados por Genésio Rêgo), os “marcelinistas” (liderados por Marcelino Machado) e os “magalhãesistas” (liderados por Magalhães de Almeida). Para mais detalhes, ver Reis (2007).

partir de então, José Sarney passou a assumir uma posição central numa configuração de seguidores ligados a ele por laços de parentesco por consangüinidade⁷, por alianças e por relações instituídas no espaço social (GONÇALVES, 2006).

Para exemplificar alguns investimentos de (auto) consagração da “personalidade” política e literária de José Sarney, retoma-se os discursos proferidos por ele e seus pares nas seções de posse na Academia Maranhense de Letras – AML - e na Academia Brasileira de Letras – ABL - (GONÇALVES, 2000), assim como homenagens aos seus 80 anos, completados em 2010, na forma textos de escritores maranhenses publicados no Jornal o Estado do Maranhão e de uma biografia ou “livro-homenagem”. Na seqüência, é analisada a luta travada entre intérpretes e atores da história política regional em torno do significado do personagem Sarney e do “sarneyismo” como “ciclo político”.

Como sugere Coradini, os processos de consagração implicam em reconhecimento, ou seja, a busca de sentido e o compartilhar de esquemas de classificação (1998a, p. 212). Sendo assim, duas dimensões estão presentes em rituais como os aqui analisados: 1) aquela da institucionalização e da definição de uma categoria social; 2) aquela da “elaboração, consagração e canonização de imagens sociais de seus vultos” (p. 217). A descrição que segue mostra como prevalece em condições periféricas o que esse autor denominou de uma “concepção de cultura particularista e personificante”. Nas suas palavras: “por cultura geral é entendida a celebração pretensamente erudita dos pares (...) e seus estilos de vida (...) ou mesmo dos próprios ‘clãs’ ou de outras unidades sociais mais próximas” (1998a,p. 221).

Outro aspecto convergente com as análises de Coradini (1998a) reside em uma espécie de “aristocratismo ilustrado”, dominante entre essas instâncias de celebração de vultos, mediante o qual valoriza-se a posse pessoal de uma “cultura geral” ou “humanista”, a passagem por postos políticos, assim como a sua apresentação como “títulos” (com sua dimensão honorífica). Tais “qualidades superiores” são transpostas para o universo da política eleitoral por intermédio da personificação de recursos, da apropriação do portador (que passa a ser o seu criador) e reproduzindo o caráter hierarquizante da sociedade, bem como uma concepção da atividade política vista como “doação” ou “destino”.

Em trabalho anterior (TAVARES DOS REIS e GRILL, 2008) foi possível mostrar como a condição de “votados” (ocupantes de cargos eletivos) e de “letrados” (agentes reconhecidos como intelectuais em uma situação em que esfera intelectual não se descolou das demais) se complementam. Com efeito, observou-se como a ascensão política de determinados agentes age

⁷ Entre os “descendentes de José Sarney na política” encontram-se: os sobrinhos Albérico Ferreira Filho (deputado estadual e federal) e Sarney de Araújo Costa Neto (deputado estadual); os filhos Roseana Sarney Murad (deputada federal, governadora, senadora) e José Sarney Filho (deputado estadual, ministro do meio ambiente e deputado federal); entre outros.

como via de acesso a espaços intelectuais mais qualificados e valorizados, assim como o reconhecimento adquirido enquanto intelectual fortalece a posição de porta-voz. O material examinado a seguir acerca da exaltação de José Sarney como escritor e político em instâncias do espaço cultural explicita os reconhecimentos amalgamados em pauta e a atividade da escrita dominada pelo projeto transitivo de escrever para “dizer alguma coisa, informar, convencer” e no qual “a palavra suporta um fazer”, por isso plenamente “compatível com a atuação política” (LEBART, 1998, p. 78).

Nas auto-apresentações de José Sarney cuidadosamente analisadas por Gonçalves (2000), os componentes de religiosidade se juntam à idéia de “vocação” herdada do grupo familiar para as atividades literárias e políticas, do mesmo modo, as menções a atributos familiares se impõem às referências partidárias, e esses elementos são agilizados para construir sua biografia em antítese ao “signo da decadência do Maranhão” (GONÇALVES, 2000, p. 67-69). Seu itinerário é narrado em direção invertida àquela consagrada nas “acepções da literatura regionalista e dos discursos oficiais” que proclamam o “Maranhão próspero no passado” e “decadente no presente”⁸, ao passo que ele viria “de infância pobre e se mostra em posições de legitimação e consagração”. Contudo, de forma ambivalente, concebe-se, ao mesmo tempo como “um menino pobre e se diz descendente de uma nobreza decaída e decrépita” e, a partir dessa oscilação, constitui o terreno para a produção de um “discurso regionalista” que lhe possibilitaria dialogar com “instâncias e agentes de consagração” (GONÇALVES, 2000, p. 70).

É pela conformação de aspectos regionalistas e religiosos valorizados que José Sarney inscreve-se no panteão de escritores “legitimados ou patronos”⁹, reivindica o “gosto” e a “herança” literária – localiza-se no gênero do “romance nordestino”, tal como seu antecessor na ABL –, assevera um “destino para a política” – destaca a inserção simultânea nos planos políticos e literários e as “atividades políticas” (leia-se: cargos) ao lado das “atividades literárias” (GONÇALVES, 2000). Critérios esses de identificação e de atribuição de extraordinariedade (carisma) reconhecidos e certificados pelos pares (Afonso Arinos e Josué Montello) que salientam a “aliança” ou “ligação” do “governador-escritor” ou do “escritor” que é um “líder político”(ARINOS, apud GONÇALVES, 2000, p.86) e do “intérprete “tanto no plano político quanto literário” do “povo” que teria “por interesse natural a gosto pelas letras” (MONTELLO, apud GONÇALVES, 2000, p. 88).

⁸ A autora se inspira em Alfredo Wagner Berno Almeida que afirma: “A nostalgia e a idealização do passado passam a representar figuras essenciais na representação acerca do Maranhão. O presente passa a ser vivido como um resíduo do período denominado áureo. E esse período, por sua vez, dependendo do presente de quem fala pode estar sujeito a ligeiras alterações, porque no fundo o que está em jogo é uma permanente idealização do passado (....)” (2008, p.152, segunda edição).

⁹ Almeida (2008) chama a atenção na relação entre patronos, fundadores de cadeiras, ocupantes e sucessores para essa regra de “descendência peculiar” e a formação de “genealogias” e “sistema de parentesco intrínseco a um campo intelectual determinado” (p.29-30).

Atenta-se para a centralidade da referência mítica inspirada na idéia do Maranhão como “Atenas Brasileira” (alusão à “tradição literária”) e ao discurso decadentista que enfatiza o “passado de prosperidade (...), alimentando esperanças de presente, e torna o futuro como possibilidade real”: a “exaltação do passado” e a imagem de “decadência na contemporaneidade” pelas quais o “presente é ao mesmo tempo (...) o princípio do futuro e a última etapa de um passado que persiste enquanto tradição e mito” (ALMEIDA, 2008, p. 153)¹⁰.

No dia 24 de abril de 2010, O jornal *O Estado do Maranhão* publicou um Caderno Especial em comemoração aos 80 anos de José Sarney. O periódico que é dirigido pelo seu filho e empresário, Fernando Sarney, apresentou um conjunto de reportagens e textos assinados por intelectuais do estado reforçando os elementos associados à sua imagem.

Na matéria da capa, o diretor de redação Ribamar Correa, define o seu “protagonismo” e sua “predestinação” com a seguinte indagação: “(...) que outro gigante da política foi eleito membro de uma exigente academia de letras [AML] aos 22 anos? E quantos homens de letras lideraram uma transformação política e administrativa tão radical num estado aos 36 anos, após uma luta política renhida?” (Capa do Caderno Alternativo).

A referência recorrente à simbiose política-literatura reaparece neste material por intermédio de 6 textos de escritores de relevo no cenário maranhenses. O conjunto de produções escritas cobre diferentes dimensões de celebração do homenageado e, por consequência, daqueles que o homenageiam, pois igualmente vinculam-se nas suas narrativas aos códigos de realização política e intelectual exaltados. Observa-se, ainda, uma espécie de divisão e hierarquização do trabalho social de consagração, de retribuição e de apropriação coletiva dos feitos do homenageado. Os itens elencados abaixo e as características dos escritores que assinam os textos são reveladores disso:

1 – laços atávicos – lembrados por Graça Leite, membro da Academia Pinheirense de Letras, ao fazer referência à ligação com a “terra natal” (Pinheiro) e atestar a “dívida” do município com seu “filho ilustre” ;

2 – faccionalismo – ativado pelo poeta Nauro Machado (o único entre eles que não é membro de nenhuma das Academias de Letras as quais José Sarney é vinculado) ao condenar a “perseguição covarde” e as “traições” que teria sofrido o homenageado;

3 – biografia – reconstituída pelo jornalista, historiador e cientista político, Benedito Buzar, que é membro da AML;

¹⁰ Tavares dos Reis (2009, p.5) já demonstrara também como mediadores culturais oferecem reconstituições históricas baseadas em três fases de desdobramento o “auge”, a “decadência” e as tentativas de “recuperação” de um lugar de proeminência nacional outrora possuído. Segundo ela há uma “lógica cronológica” que associa “a busca de reconhecimento externo dos símbolos regionais (edificados para tanto) mediante a explicitação e certificação de elementos distintivos apropriados ao e no mercado mais geral de bens regionais legítimos” (...); a constante reinvenção e reconhecimento interno de um conjunto coerente e valorizante de aspectos que constituem a singularidade regional para os “nativos”; (...) a pouca ousadia subversiva frente às reconstituições históricas consagradas”.

4 – geração – situada pelo cronista Ubiratan Teixeira (membro da AML) ao localizar José Sarney na “Geração Movelaria” (movimento cultural que reuniu intelectuais maranhenses no pós-guerra e tinha como “quartel-general” uma loja de móveis e que produziu importantes “vultos” nas áreas da literatura, da poesia, das artes plásticas, etc.);

5 – códigos morais – apresentados pelo poeta e cronista, José Chagas (membro da AML e cinco anos mais velho que José Sarney), ao associá-lo aos valores da “imortalidade”, da amizade, da democracia, da justiça, etc.

6 – simbiose política-literatura – atestada pelo depoimento de Josué Montello, já falecido, considerado um dos maiores romancistas do século XX e que fora membro da ABL.

Paradoxalmente, a “terra dos poetas e escritores” que se aclama como “vocacionada para as letras”, produziu apenas uma obra biográfica sobre o seu principal personagem no mundo da política dos últimos 60 anos.

Joaquim Itapary – escritor, membro da AML, ex-assessor de José Sarney e portador de um extenso currículo de cargos públicos ocupados¹¹ – afirma que a única “biografia maranhense” sobre José Sarney foi escrita por Milson Coutinho. Tal constatação está registrada na orelha do livro intitulado “José Sarney – memorial dos 80 anos” do próprio Milson Coutinho (2010)¹². Trata-se, na verdade, da 3a. edição da obra lançada em 1986, que trouxe na capa a imagem de Sarney, então presidente da República, com a faixa presidencial e o título: “Apontamentos para a vida e obra de um chefe liberal” (situando-o como um artífice da redemocratização). A biografia foi reeditada em 1988 e, em vista das atividades de comemoração dos 80 anos do mesmo, a versão atualizada adquiriu novo título e uma segunda parte com entrevista e depoimentos. Seria um “livro-homenagem”, como o autor define no item “Ao leitor” (COUTINHO, 2010, p.11). Itapary igualmente faz referência às qualidades do biógrafo, sublinhando as “facetas múltiplas de seu currículo”, listando os títulos de “jornalista”, “assessor parlamentar”, “advogado militante”, “historiador” e “desembargador”. E festeja “o documento comemorativo (...) de celebração do octogésimo natalício do filho mais ilustre do Maranhão”.

Dois aspectos são grifados por Coutinho: 1) o elemento de “predestinação”: “o homem certo, no lugar e tempo certos”; e 2) a junção do “estadista” com o “homem de letras, universalmente aclamado pelo rigor e originalidade da sua invenção literária” (COUTINHO, 2010, p.11). A genealogia de Sarney é retrçada para demonstrar o encontro de “duas vertentes – literatura e

¹¹ Joaquim Itapary foi Secretário Executivo de Planejamento Econômico do Maranhão (1961-1962); Procurador Autárquico da Sudene (desde 1963); Membro da Assessoria Técnica do Governador; diretor e Superintendente da SUDEMA (1966-1970); Secretário de Urbanismo de São Luís (na década de 1970); Coordenador do Incra; Secretário da Cultura do Maranhão (na década de 1980); e Secretário-Geral do Ministério da Cultura (1985).

¹² A produção encontra eco em outros veículos como a biografia construída por Benedito Buzar em “Vitorinistas e Oposicionistas” (coletânea de 50 biografias de políticos maranhenses). Sem deixar de mencionar o documentário intitulado “Um brasileiro chamado José”, transmitido em 2010 pela TV Bandeirantes local, também como homenagem ao seu aniversário.

política” (o “gosto pela literatura do avô paterno” e a “vocação política do materno”), que seriam sintetizadas no pai (desembargador Sarney de Araújo Costa)¹³. Suas passagens pelo Liceu Maranhense e pela Faculdade de Direito são relatadas com detalhes das atividades políticas e culturais (jornalísticas e literárias) consideradas marcantes. Do mesmo modo, proliferam-se as passagens de exaltação como: “vocação para o jornalismo”, “são inegáveis as qualidades literárias no nosso biografado” (COUTINHO, 2010, p.37), “pendor para as lutas partidárias” (COUTINHO, 2010, p. 39), “vocação política e competência eleitoral” (COUTINHO, 2010, p. 42), entre outras. O percurso de cargos políticos (oficial de gabinete do governador, secretário do Tribunal de Justiça, deputado federal e governador) é narrado tendo as consagrações e produções literárias como paralelos (em especial a posse na AML e no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão). Movimentos de aproximações e distanciamentos, contingências históricas (como a cassação do principal líder dos oposicionistas, Neiva Moreira, em 1964) e conquistas pessoais são contadas tendo como pano de fundo o desfecho conhecido: a sua chegada ao governo do estado e a destituição do chamado “vitorinismo”. Momento de inflexão e de transição para o que passou a ser denominado de “sarneyismo”, cujo ponto culminante seria a chegada à

Um “ciclo” é apresentado por meio de um conjunto de posicionamentos e pronunciamentos que atestaria o compromisso com a “democracia” e o reconhecimento desfrutado entre os intelectuais do centro do país (como a sessão de posse na ABL descrita em detalhes).

Quanto ao lugar de José Sarney na história política maranhense, se estabeleceu uma versão que insiste sobre a descontinuidade, a clivagem e a ruptura com o “vitorinismo”. As expressões utilizadas como “ciclos”, “períodos”, “épocas” servem para construir uma periodicização e identificar por meio delas as “práticas oligárquicas”, seus responsáveis, e os projetos de “libertação” em curso. O que acabou sendo incorporado nos movimentos de oposição ao “sarneyismo”. Os “ismos” em oposição acabam conferindo unidade a longos períodos de lutas, cisões, rearranjos, alianças e movimentos nos embates faccionais, além de englobar sob as “etiquetas” o sistema de relações que lhe conferem sentido e força política.

O jornalista Benedito Buzar escreveu dois livros (1998 e 2001) intitulados “O Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão (1945-1965)” e “Vitorinistas e Oposicionistas (Biografias)” que representam uma das versões mais difundidas dessa matriz de leitura do “sarneyismo”. O autor é membro da Academia Maranhense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e geralmente é classificado como historiador e cientista político. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, professor da Universidade Estadual do Maranhão, foi deputado estadual (cassado em 1964). As coletâneas de biografias publicadas sobre os “escritores maranhenses” trazem uma lista

¹³ Milson Coutinho já escrevera uma biografia sobre o pai de José Sarney a pedido deste último (COUTINHO, 2001). Para uma análise da mesma, ver Gonçalves (2008).

de cargos públicos ocupados por Benedito Buzar como: chefe de divisão de assuntos internos da Sudema (Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão), secretário municipal de educação e cultura de São Luís, advogado do escritório técnico da administração municipal de São Luís; secretário de estado da cultura, gerente regional de Itapecuru (sua cidade de origem) no governo de Roseana Sarney, etc. É autor de vários livros, sobretudo sobre a política maranhense.

A apresentação de Joaquim Itapary ao livro de Buzar “O Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão (1945-1965)” classifica a obra como “ampla e profunda reportagem histórica” (ITAPARY, 1998, p. XIII) e exalta o fato do autor “não enunciar juízo crítico” (ITAPARY, 1998, p. XIV). Na mesma linha de tentativa de demonstração de “imparcialidade”, o trabalho é dedicado a Abdala Buzar Netto, pai, “um vitorinista assumido” e a Marcelo Pereira da Silva, sogro, “um anti-vitorinista de carteirinha” (BUZAR, 1998, p. XVII). No prefácio se propõe ainda a fazer uma “revisão” dessa “fase histórica”, desse “tempo”, dessa “época”, sem “passionalismo” ou “radicalismo” (ITAPARY, 1998, p. XVII). Apesar da conhecida vinculação de Benedito Buzar com a “família Sarney”, chegando inclusive a gravar participações em programas de TV de propaganda política, insiste em apresentar o texto como fruto do “jornalismo investigativo”, sem “interpretação pessoal” (BUZAR, 1998, p. XVII).

Sua interpretação pode ser sintetizada da seguinte forma: a vitória eleitoral de José Sarney em 1965 representaria o aniquilamento do “vitorinismo” como “sistema de prática política e administrativa” e “depois da posse do mesmo “o Maranhão retomava o caminho de desenvolvimento econômico e social e abria novas perspectivas para ultrapassar o atraso cultural e político” (BUZAR, 1998, p. 499).

A apresentação de “Vitorinistas e Oposicionistas (Biografias)” ficou a cargo do próprio José Sarney, por intermédio de um texto intitulado “O ciclo vitorinista”. Nele o “período”, “tempo” ou “página” é caracterizado como momento em que “eram “os homens escravos da paixão e do ódio” (SARNEY, 2001, p.7), marcado pelo “subdesenvolvimento político, administrativo e baixos padrões partidários” (SARNEY, 2001, p.8), um “prolongamento da velha república” (SARNEY, 2001, p. 8) em que “a política era prestígio e vinha do poder, que por sua vez (...) nascia da violência” (SARNEY, 2001, p.9), cabendo a ele “por destino suceder esse tempo” (SARNEY, 2001, p. 9).

Assim, o fechamento do “ciclo vitorinista” e a consubstancialização do reconhecimento intelectual e político de José Sarney – traduzidos na posição central que ocupada na configuração de seguidores ligados a ele por laços de parentesco por consangüinidade, por alianças e por relações instituídas no espaço social – redefine a polaridade amigo/inimigo em torno de uma nova expressão: “sarneyismo”. Tal como ocorreu com o termo “vitorinismo”, sua utilização e fixação no espaço político dependeram simultaneamente e diretamente do significado atribuído por seus oponentes e

seu uso como instrumento de estigmatização de protagonistas vinculados a José Sarney pessoal e politicamente. Mais uma vez, é preciso reforçar a importância da convergência de mecanismos relacionados ao *trabalho de memória* (POLLAK, 1989) e às estratégias de consagração/desmistificação de personagens ou “heróis” para criar e potencializar a força da categoria de identificação no universo da política.

A convergência na forma de olhar o processo de sucessão levou o historiador Wagner Cabral da Costa a nomear essa visão como “interna do grupo sarneysista” (COSTA, 2004, p. 291), própria de “círculos palacianos” (COSTA, 2000, p. 291) e constituindo uma “historiografia oficial”, alicerçada numa “concepção linear e evolucionista” (COSTA, 2004, p. 292), além de “teleológica” da história. Na sua ótica, a concepção alternativa deveria relativizar e negar a ruptura, afirmar continuidades e semelhanças entre oposicionistas e vitorinistas e chamar a atenção para a reestruturação do sistema oligárquico e patrimonial. Nessa mesma linha, surgiu uma sequência de trabalhos de pesquisadores em início de carreira, oriundos do movimento estudantil e de partidos de esquerda e debruçados sobre a chamada “oligarquia Sarney”. Tais reflexões dedicadas a distintos momentos e eventos da história política maranhense fazem eco à tese da “continuidade do poder oligárquico no Maranhão”, à “reprodução dos grupos políticos”, à “continuidade das práticas patrimoniais”, aos “mecanismos políticos e ideológicos que sustentam o poder político do grupo Sarney”, etc.

Ocorre que, se por um lado, o acesso e o deslocamento entre os *círculos de conhecimentos e de reconhecimentos* disponíveis para os agentes proporcionam importantes recursos para a luta política passíveis inclusive de transmissão no “meio familiar”¹⁴, por outro lado e em contrapartida, alimentam a lógica da desqualificação das posições e posicionamentos dominantes acionada pelos oponentes, possibilitando a reconstituição de trajetórias e alianças como comprovação de uma persistência a ser refutada e combatida (sinônimo de “continuismo”, dominação “oligárquica” e “familiar”, etc.). Assim, tem-se também a mesma categoria (“sarneyismo”) como relevante elemento de localização dos agentes no espaço de clivagens em constante acomodação.

Na primeira direção, tem-se casos como os dos deputados Manoel Ribeiro e Ricardo Murad, exemplares de um conjunto de critérios de hierarquização política que atuam de forma interdependente no estado e no qual pesam os laços de parentesco, a formação de *redes* de “famílias de políticos” interligadas e com tentáculos em diferentes níveis de disputa política, além de pertencimentos faccionais em constante negociação. Neste caso, as relações políticas, pessoais e

¹⁴ Tais elos de identificação podem ser exemplificados com a presença destacada de “descendentes de José Sarney” no cenário político regional: os sobrinhos Albérico Ferreira Filho (deputado estadual e federal) e Sarney de Araújo Costa Neto (deputado estadual); os filhos Roseana Sarney Murad (deputada federal, governadora, senadora) e José Sarney Filho (deputado estadual e federal); entre outros.

afetivas com a “família Sarney” são rentabilizadas e determinantes no credenciamento ao jogo político.

Manoel Ribeiro, empresário e grande proprietário rural, é originário de uma “tradicional família” de políticos e proprietários rurais em Arari, interior do Maranhão. Entre os “ascendentes”, três tios foram prefeitos do município. Foi vereador por quatro legislaturas e deputado estadual por quatro mandatos consecutivos, tendo sido presidente da Assembleia Legislativa e um dos principais aliados da “família Sarney”. Como tal, foi um dos políticos mais “influentes” no estado e um dos empresários mais bem sucedidos do Maranhão na década de 1990. O filho de Manoel Ribeiro foi vereador da capital (1996-2000). Seu irmão, Pedro Fernandes Ribeiro, formado em engenharia pela UEMA, iniciou sua carreira como diretor da companhia de limpeza pública da capital (Coliseu) em uma administração comandada por rivais da “família Sarney”, quando Jackson Lago foi prefeito pela primeira vez em São Luís. Posteriormente foi vereador (1992-1996) e deputado federal (1999-2010) já na condição de “aliado”. Foi duas vezes candidato a prefeito da capital. Os irmãos são candidatos à reeleição em 2010. O lançamento da candidatura de Manoel Ribeiro à deputado estadual contou, inclusive, como noticiado por vários veículos da mídia, com a participação do senador José Sarney, que justificou sua presença no ato por considerar o parlamentar “um exemplo de lealdade” e um dos “políticos mais fiéis ao seu grupo político”.

Ricardo Murad é “descendente de libaneses”. Oriundo de uma “família de empresários” se formou em Direito pela UFMA e casou-se com a filha (Maria Tereza) de um importante político local, o industrial e pecuarista Vitor Trovão, que foi prefeito de Coroatá pela Arena em 1966 e deputado federal entre 1979 e 1990. Seu irmão, o empresário Jorge Murad, casou-se com a atual governadora, ex-deputada federal, ex-senadora e ex-governadora, Roseana Sarney, filha, por sua vez, de José Sarney. Sua irmã, Teresa Murad, casou com Fernando Sarney, filho de José Sarney e, logo, irmão de Roseana Sarney. Ricardo Murad se elegeu deputado estadual em 1982, fazendo “dobradinha” com o sogro, então deputado federal. Em 1986 reelegeu-se deputado estadual e em 1990 elegeu-se deputado federal. Em 1992 se elegeu prefeito de Coroatá, tendo como vice, sua esposa. Não renunciando ao cargo de deputado federal, “abriu espaço” para a esposa assumir a prefeitura. Cargo no qual permaneceu até 1996. Em 1998, Ricardo Murad concorreu ao senado, após afastar-se da facção política estadual liderada pela “família Sarney”, sem sucesso. Contudo, sua esposa elegeu-se no mesmo pleito deputada estadual. Paralelamente um sobrinho do casal assumiu a prefeitura de Coroatá. Em 2002 concorreu a governador, não obtendo êxito, e Maria Tereza à reeleição, conquistando seu segundo mandato. Nessas eleições Ricardo Murad foi protagonista de um dos “casos” mais polêmicos da história política recente do Maranhão. Concorria, pelo PSB, como um dos candidatos da oposição ao “sarneyismo”, juntamente com Roberto Rocha, PSDB, e Jackson Lago, PDT. Roberto Rocha renunciou à candidatura em apoio a Jackson Lago e Ricardo Murad, apesar de estar com a candidatura impugnada, se negou a seguir o seu exemplo. Como consequência, seus votos foram anulados, permitindo que o candidato apoiado por Roseana e José Sarney, José Reinaldo Tavares (que fora vice-governador), se elegeisse ainda no primeiro turno. Ricardo Murad, após restabelecer os laços políticos com a “família Sarney”, foi indicado a ocupar uma “gerência metropolitana” no governo do estado uma espécie de super-secretaria que alicerçou sua candidatura à prefeitura de São Luís em 2004. Apesar disso, foi derrotado. No mesmo ano, uma das suas filhas é derrotada como candidata a prefeita de Coroatá na “sucessão” do primo e o cunhado se elegeu vereador. Em 2006, Ricardo Murad retornou ao Legislativo Estadual fazendo parte de uma coligação que tinha a cunhada, Roseana Sarney, como candidata a governadora. Em 2009, com a cassação de Jackson Lago e a posse de Roseana Sarney, assumiu a Secretaria de Saúde do Estado. É candidato à reeleição em 2010. Os jornais de São Luís destacaram a presença de José Sarney e Roseana Sarney no evento de lançamento da sua campanha.

Na segunda direção, têm-se casos que seguem os mesmos códigos de realização política, no entanto, tratam-se de lideranças que protagonizaram o movimento “anti-sarneyista” nas últimas décadas: Roberto Rocha e Haroldo Sabóia. Originários de “famílias estabelecidas” social e politicamente, construíram carreiras eletivas demarcando a condição de “oposicionistas”. Para tanto, investem em uma interpretação da história política regional marcada por “ciclos” (domínios pessoais) e “rupturas” (movimentos de libertação). Nessa versão, “sarneyismo” aparece como continuidade do “vitorinismo”, ambos sendo tomados como sinônimos de “dominação oligárquica”, “patrimonialismo”, “coronelismo”, etc. Caberia, na ótica desses políticos, a superação dessa “etapa” e a afirmação de “novas forças políticas”, nas quais possuem “lugar” de relevo.

Roberto Rocha é filho do pecuarista e produtor rural, Luís Rocha, que foi vereador de São Luís, deputado estadual e federal e governador do Maranhão entre 1983 e 1986, além de prefeito de Balsas. Durante muito tempo, o pai, foi aliado do ex-governador José Sarney e participou da dissidência que formou o PFL. Em 1990, o empresário e administrador de empresas Roberto Rocha, se elegeu deputado estadual pelo Partido Liberal. Em 1994 e 1998, se elegeu deputado federal pelo PMDB e PSDB. Candidatou-se a governador em 2002, pelo PSDB, e renunciou em favor de Jackson Lago (PDT) e da “união das oposições”. Voltou ao Congresso em 2007 e é candidato a senador em 2010 na chapa liderada por Jackson Lago. Possui uma coluna semanal no *Jornal Pequeno* (veículo identificado com as posições “anti-sarneyistas”) e a utiliza frequentemente para fazer críticas à “família Sarney” e ao “sarneyismo”. Suas análises políticas dedicam importantes espaços para a avaliação da conjuntura estadual. Por meio destas se lança no trabalho de desqualificação da “oligarquia” e desenha as estratégias eficazes para a “oposição ao sarneyismo”. O esforço consiste, inicialmente, em desacreditar o líder, classificado como “oligarca que construiu um império pessoal e familiar de dominação política” (ROCHA, 2009a) e “coronel” que “demonstra força no tribunais superiores da república” (ROCHA, 2008a). Do mesmo modo, associa o domínio da “família” e do grupo político ao “atraso” e ao “continuismo”, vinculado ao “coronelismo” que perpetuaria “o caudilhismo, o caciquismo, o sarneyismo e outros caricatos ‘ismos’ que se prestam à opressão e à inacreditável submissão de grandes contingentes populacionais ao controle de tão poucas mãos de ferro” (2009b), bem como à submissão aos caprichos, vontades pessoais e violência. Sarney, sua família e aliados distribuiriam “favores patriarcais”, se utilizariam de “formas messiânicas” e do “circo midiático”, conquistariam influência e vitórias na Justiça Eleitoral, uma vez que “os pretensos benfeitores lotearam a Justiça para o Grande Fazendeiro”, permitindo, inclusive, o acolhimento das “queixas lamuriosas da sinhazinha contrariada em suas vontades. (...) Ela, a herdeira dos 40 anos de desconstrução do Estado! (ROCHA, 2009b)”. Como contraponto, apela para um suposto “apetite pela mudança”, “ímpeto mudancista” e “fadiga com o sarneyismo” (ROCHA, 2009b) e se localiza como protagonista de uma batalha, como ator de uma frente e como agente de transformação ou promotor do “fim de um ciclo de poder na esfera estadual”.

Haroldo Sabóia é descendente de “tradicional família” no Ceará. Seu pai, o advogado e jornalista José Pires de Sabóia Filho, foi professor da Faculdade de Direito de São Luís (hoje UFMA), acionista dos Diários Associados (consórcio de Jornais dirigido por Assis Chateaubriand) e deputado federal entre 1967 e 1975. Tinha vínculos de amizade, políticos e profissionais (como jornalista) com José Sarney. Atuou como secretário do interior e justiça entre 1975 e 1978. Nesse último ano, Haroldo Sabóia se elegeu deputado estadual pelo MDB, liderando o Movimento “Oposição de Verdade” e após ter militado na Ala Vermelha do PCdoB (na clandestinidade). Reelegeu-se deputado estadual em 1982 e chegou à Câmara dos Deputados, pelo PMDB, em 1986. Concorreu com sucesso à reeleição em 1990, pelo PDT. Filiou-se ao PT e disputou novamente uma vaga no congresso Nacional (ficando em uma suplência e assumindo posteriormente) e as eleições ao senado em 1998 (sem êxito). Em 2002, se elegeu vereador de São Luís ainda pelo PT. Após uma passagem pelo PPS, retornou ao PDT e tentou retornar ao legislativo municipal em 2008. Desde então se encontra sem mandato. Possui graduação e mestrado em Economia, formações adquiridas em Paris, na década de 1970 e atualmente faz o mestrado em Políticas Públicas. Escreve em uma coluna semanal artigos no *jornal Pequeno*. A leitura da ascensão política de Sarney e da formação do seu “domínio político” por ele feita ressalta aspectos como a “intervenção dos militares ditadores[em 1965]” como “marco da dominação oligárquica no Maranhão: (...) o fim da era vitorinista, iniciada em 46, e o início do domínio de José Sarney com sua eleição ao governo (SABÓIA, 2010). Do mesmo modo, enfatiza “as relações de José Sarney com os poderosos nos anos de ditadura que sucederam ao golpe militar de 1964” (SABÓIA, 2009). As estratégias usadas para caracterizar o ex-governador, ex-presidente e atual senador segue o mesmo repertório de expressões estigmatizantes como “oligarca”, “coronel”, etc. utilizadas por Roberto Rocha e pelos chamados “oposicionistas”. Seus textos procuram igualmente grifar o “papel das oposições” e a “missão” que teriam em aproximar o Maranhão do seu “destino” de prosperidade, identificando “sinais” do fim de um “ciclo”. Se utiliza de “constatações” como essas para prescrever as estratégias a serem adotadas pela “oposição à oligarquia”.

No plano das lutas políticas o “sarneyismo” passa, em determinados meios, a ser sinônimo de “oligarquia” e, ambas as idéias, apontam para a “elasticidade da injúria”, tal como definiu Collovald sobre o Poujadismo na França (1991). A possibilidade de “etiquetagem” e os limites das fronteiras daqueles que podem ser considerados “sarneyistas” ou daquilo que é designado como “oligarquia” delineiam um espaço político dotado de plasticidade. Uma e outra aparecem como “condensadores de estigmas”, produzindo “estereótipos e signos políticos de indignidade” (COLLOVALD, 1991, p 99), utilizados estrategicamente de acordo com a conjuntura e com os alinhamentos faccionais. Além disso, o uso desses termos aponta uma tendência de transferir a explicação dos fenômenos políticos às decisões, vontades, interesses e desígnios de uma coletividade substancializada (“a

oligarquia” ou “o sarneyismo”), adotando o modelo reificante de perceber a “vida social”, em detrimento do relacional ou processual. Instituições, rótulos, coletividades e relações de poder são antropomorfizadas, substancializadas e personificadas, ao invés de serem concebidas como produtos das cadeias de interdependências, do caráter simbólico da dominação e dos processos coletivos (ELIAS, 1999; GEERTZ, 1997; CORADINI, 1998a). Essa tendência de personificar ou reificar as relações de poder leva a identificar “alguém” (Sarney e aqueles ligados a ele) ou um “tipo de entidade sobre-humana” (a “oligarquia”) como “detentores” do poder.

Os “trabalhistas gaúchos”

Os “ismos” analisados para caso gaúcho (“trabalhismo”, “getulismo”, “brizolismo”...) só podem ser compreendidos uns em relação aos outros, cada qual com diferente grau de fixação, e, principalmente, devem ser correlacionados às relações entre protagonistas políticos, famílias e cadeias de líderes-seguidores (LANDÉ, 1977) que teceram alianças, rivalidades e enfrentamentos pelo “espólio” no interior do que se convencionou chamar de “tradição trabalhista” no Rio Grande do Sul. É preciso, pois, considerar as lutas travadas entre aqueles que compartilham da crença na existência de uma mesma “herança” e no carisma daqueles que os precederam. Herança e carisma engendrados no próprio trabalho de identificação operado por aqueles que necessitam “construir seu lugar, encontrar sua posição e criar expectativas de futuro” (COLLOVALD, 1999, p. 12). Disputas simultaneamente faccionais (LANDÉ, 1977), pois rivalizadas por adversários pretendentes à posição de herdeiros que controlam uma rede de leais seguidores, e “fratricidas”, uma vez que os agentes em confronto situam-se numa mesma genealogia simbólica (COLLOVALD, 1999; ABÉLÈS, 1992) e filiam-se a uma mesma linhagem mitológica (HASTINGS, 1992).

Dois personagens ocupam a condição de referências míticas (considerados os “fundadores”) na “tradição trabalhista”: Getúlio Vargas (conhecido como o “pai do trabalhismo”) e Alberto Pasqualini (considerado o “ideólogo do trabalhismo”). Essa posição se deveria à combinação de três fatores: a aproximação que eles teriam promovido entre “vertentes” distintas da política gaúcha no Partido Trabalhista Brasileiro (os chamados pragmático-getulistas, doutrinário-pasqualinistas e sindicalistas); a sua associação com os documentos “fundadores” do “trabalhismo”, a saber, a “carta-testamento” de Vargas¹⁵ e a “obra” de Alberto Pasqualini¹⁶; e o estatuto de “ícones”

¹⁵ Um discurso que “está na origem de certo número de atos novos de fala” (“comentários”) que o retoma, transforma ou fala dele; que o repete, glosa e comenta (FOUCAULT, 1996, p. 22-23).

¹⁶ O que é designado como “obra” nesse caso são textos produzidos em conjunturas políticas particulares e em jornais locais, posteriormente reunidos na forma de livro por seus seguidores. Estamos diante de duas unidades que se impõem de maneira imediata: 1) o(s) livro(s) (coletâneas), unidade material resultante da reunião de artigos para jornais que formam sistemas de remissões (“nós em redes”) que são deslocados das suas condições e lógicas de produção pelos guardiões da memória do “autor” (pretensa fonte de coerência); 2) a obra, soma de textos “denotados pelo signo de um

compartilhados e disputados por diferentes agentes e por porta-vozes situados em distintas posições políticas. Os contínuos esforços dos candidatos a sucessores em estabelecer vínculos pessoais e familiares, proximidade ideológica e a posse mesmo de qualidades semelhante aos “ícones”, acabam produzindo aquilo que Bourdieu (1989, p.179) indicou como uma “posição central, intermediária, o lugar neutro”, em torno da qual se define um *sistema de desvios*, composto por agentes e instituições em um jogo de oposições e distinções.

Esses fatores de identificação estão, por sua vez, calcados em princípios de consagração de vários homens públicos que se sucederam na política gaúcha e na própria “genealogia trabalhista”. A partir deles pode-se apreender dois critérios de atribuição de qualidades extraordinárias e de personalização do carisma, como apontado por Coradini (1998a, p. 229). Getúlio Vargas, “descendente” de uma “família de estancieiros” com liderança política local (dois dos seus irmãos foram intendentes), é vinculado à “imagem” do “líder militar” e político transformado em “herói” (inclusive pelo suicídio) que conquistou o centro da vida política nacional por meio da união de facções locais rivais e se eternizou no culto à memória regional e nacional. Foi deputado estadual, federal, ministro da economia, governador do estado (RS) e presidente da República em duas oportunidades. Alberto Pasqualini, advogado formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é “descendente de imigrantes italianos” ligados ao comércio e à pequena agricultura. Simbolizando a ascensão social valorizada pelos imigrantes, a sua afirmação política e intelectual reforça a “ideologia do trabalho” e dos investimentos em escolarização. Foi secretário de estado, senador e duas vezes candidato ao governo do estado (RS).

A saída de cena simultânea dos dois protagonistas em 1954 – suicídio de Vargas e o afastamento dos pleitos eleitorais de Alberto Pasqualini em razão de problemas de saúde – deflagrou “a sucessão”¹⁷. Alguns protagonistas se destacaram nesta contenda pela condição de “herdeiros”. De um lado, os cunhados João Goulart e Leonel Brizola; de outro lado, o fundador do Movimento Trabalhista Renovador, Fernando Ferrari, e os também cunhados Sigfried Heuser e Pedro Simon; e, em um terceiro pólo, José Diogo Brochado da Rocha.

João Goulart - Filho de estancieiros na fronteira-oeste. As famílias Vargas e Goulart eram ligadas por laços de amizade e por alianças econômicas e políticas no município de São Borja (RS). João Goulart se formou em Direito. Teria recebido das mãos de Getúlio Vargas a Carta Testamento. Deputado Estadual; Deputado Federal; Secretário de Interior e Justiça; Ministro do Trabalho, Presidente Nacional do PTB; Vice-Presidente e Presidente da República. O seu filho foi Deputado Estadual no Rio Grande do Sul (já na década de 1980) e o neto, conhecido como Jango Neto, foi candidato a vereador em Porto Alegre, ambos pelo PDT.

Leonel Brizola - Filho de pequeno agricultor e tropeiro em Carazinho (norte do Rio Grande do Sul). Formou-se em engenharia e casou com uma das irmãs de João Goulart (tendo Getúlio Vargas como padrinho do casamento). Deputado Estadual; Secretário Estadual de Obras Públicas; Deputado Federal; Prefeito de Porto Alegre; Governador do RS; Deputado Federal pelo RJ; duas
--

nome próprio”, considerados como “unidade imediata”, “certa” e “homogênea” sem considerar a “operação interpretativa” e “diferenciada” dos usuários (FOUCAULT, 2000, p. 25-27).

¹⁷ É possível estabelecer uma aproximação entre o processo em pauta e aquele descrito por Collovald (1999, p. 12) sobre os efeitos da morte de De Gaulle para o Gaullismo, isto é, uma “efervescência fraticida” e a revelação das desuniões, desacordos, oposições antagonismos e competições no interior da “família”.

vezes Governador do RJ e duas vezes candidato a presidência da República pelo PDT. Foi o principal líder dessa agremiação durante os anos 1980 e 1990. Um dos seus filhos foi deputado federal pelo Rio de Janeiro. Atualmente o neto, conhecido como Brizola Neto, é deputado federal pelo Rio de Janeiro e a neta, Juliana Brizola, vereadora em Porto Alegre.
Fernando Ferrari - Filho de comerciante e descendente de imigrantes italianos que foi prefeito em São Pedro do Sul. Formou-se em economia e fez parte do círculo de relações pessoais de Alberto Pasqualini. Fortemente influenciado pela formação no catolicismo. Deputado Estadual e Deputado Federal. Disputou com João Goulart a liderança nacional do PTB. Foi candidato à Vice-Presidência da República e ao Governo do RS pela dissidência do PTB, o Movimento Trabalhista Renovador (MTR).
Siegfried Heuser - Proveniente de família de “descendentes de alemães” ligados ao comércio e às atividades empresárias, formou-se em economia. Deputado Estadual; Deputado Federal; Presidente do PTB e do MDB no RS. Liderava a “linha mais branda” do PTB e era considerado um seguidor ou discípulo de Pasqualini.
Pedro Simon - Filho de imigrantes libaneses que se tornaram prósperos comerciantes. Formou-se em direito, teve forte influência do catolicismo e conviveu na casa dos Pasqualini. Seu cunhado, Sigfried Heuser, foi presidente do PTB e do MDB. Com a cassação do último durante o regime militar, Pedro Simon se tornou a principal liderança do partido que reunia os trabalhistas no estado. Vereador; Deputado Estadual; Senador; Governador do RS e novamente Senador. Presidente do MDB do RS durante a ditadura militar e principal quadro político do PMDB no estado. Liderou a permanência de políticos ligados ao trabalhismo no partido com a redemocratização e criou uma cisão com Leonel Brizola e os adeptos do PDT. Organizou uma das coletâneas de textos sobre Pasqualini intitulada “Pasqualini: obra social e política” (SIMON, 1994). Na apresentação da “obra, composta de quatro volumes, se situa (via imigração e catolicismo) e localiza o PMDB do Rio Grande do Sul (por meio do “ideário nacionalista” e da “continuidade PTB-MDB-PMDB) como “herdeiro” da “tradição trabalhista” (SIMON, 1994) ¹⁸ .
José Diogo Brochado da Rocha - Seu avô era comerciante em Pelotas e o pai (militar) foi intendente de Porto Alegre. Foi Deputado Estadual e Deputado Federal (era contemporâneo de Getúlio Vargas no PRR). Três dos seus irmãos e um dos sobrinhos foram deputados pelo RS. José Diogo fez carreira militar e se formou em engenharia. Intendente de Viamão e São Pedro do Sul; Deputado Federal; Deputado Estadual; candidato a Governador pelo PSP (em oposição à chapa que tinha Pasqualini como candidato a Governador e João Goulart a Senador).

O percurso de Leonel Brizola e a apresentação dos seus trunfos permitiram que, no momento do golpe militar (1964), sua liderança como um dos protagonistas do trabalhismo no Brasil já estivesse relativamente consolidada. No interior do PTB, contou com os elos pessoais e afetivos mantidos com Getúlio Vargas e João Goulart, sedimentados mediante posicionamentos e alinhamentos que demonstravam fidelidade e reforçavam as alianças. Contudo, sua afirmação e ascensão política se apoiaram igualmente na construção do seu carisma. Essa concordância de trunfos provenientes de origens diversas se mostrou decisiva nos embates externos e principalmente nas lutas internas ao PTB e à “família política”, notadamente aquelas travadas com José Diogo Brochado da Rocha e Fernando Ferrari no período que se encerra em 1964, e com Pedro Simon e Ivete Vargas no período que se inicia em 1979.

Dos citados, Pedro Simon obteve relativo sucesso como dissidente de Leonel Brizola no “trabalhismo gaúcho”. Para tanto, contou com a relação de parentesco por aliança com Siegfried Heuser, a dissolução do PTB, a formação do MDB durante o regime militar e o potencial de mobilização e de continuidade com o “trabalhismo” que tornariam o único partido de oposição do Rio Grande do Sul um “caso ímpar” no país.

Na década de oitenta – com a chamada redemocratização, o retorno à cena política dos “exilados” e “cassados” e a reorganização partidária – os itinerários de Leonel Brizola e Pedro Simon se bifurcaram em duas siglas: PDT (Partido Democrático Trabalhista) e PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). As opções partidárias de ambos provocaram a mais significativa cisão entre os “quadros” que se auto-intitulam “seguidores do trabalhismo”.

¹⁸ Uma análise dessas estratégias de vinculação de Pedro Simon e do PMDB ao trabalhismo encontra-se em Grill (2005).

A polarização em relação à “tradição política” decorre de rivalidades e lealdades herdadas no período de atuação ainda no antigo PTB. Esses alinhamentos guardam relação também com os perfis sociais das “famílias” de origem dos agentes, demonstrando uma tendência à vinculação de “famílias” com “raízes” em segmentos mais “tradicionais” ou em inserções mais “populares” e de extração mais baixa ao PDT, e à aproximação de “famílias” mais ligadas ao catolicismo e ao “empreendedorismo”, bem como de descendentes de imigrantes alemães, italianos, entre outros, ao PMDB. Logo, há, por um lado, uma maior associação dos seguidores de Leonel Brizola com Getúlio Vargas e João Goulart e, por outro lado, dos aderentes à liderança de Pedro Simon com Alberto Pasqualini. Essa *configuração* se delineia devido à identificação das características sociais das “famílias de políticos” com o perfil dos “ícones” (inclusive, mediante a auto-atribuição de “qualidades” e “capacidades” consagradas àqueles) e à fidelidade aos *egos* das *redes* que já se posicionavam com base nessa divisão¹⁹. Embora a referência aos dois fundadores seja compartilhada e valorizada pelo conjunto dos casos.

Pode-se afirmar a exemplaridade e singularidade do “brizolismo” no âmbito de arcabouço de “ismos”, que se identifica de um modo geral pelo “trabalhismo” e tem como ramo ancestral mais notório e notável o “getulismo”.

Se a construção biográfica de José Sarney enfatiza a simbiose do “escritor” e do “estadista” (ver seção anterior), aquelas relativas a Leonel Brizola ativa a combinação do “guerreiro” e do “estadista”, na qual o personagem se inscreve na história regional pela continuidade com a “tradição” de enfrentamentos políticos e militares (que marcaria a “sociedade gaúcha”), aos critérios de heroização das suas “elites políticas” (que combinariam o recurso às armas e aos partidos) e à fabricação de simbologias ou referências míticas na construção de imagens e vultos (CORADINI, 1998a).

Mais precisamente, as biografias produzidas sobre Brizola (CARRION JR, 1989; BANDEIRA, 1979; SOUZA e SOARES, 1985; etc.) apontam que ao encarnar o projeto de “emancipação nacional” e a “herança trabalhista” (ou a “retomada do fio da história”) haveria as condições para a tradução, por um lado, da “tenacidade para enfrentar o inimigo externo” (o “guerreiro”), e, por outro lado, da posse do “saber necessário para enfrentar o inimigo interno” (o “estadista”), como bem demonstrou Sento-Sé (1999, p. 36).

Quando situado na memória política regional essa combinação se faz pela ativação dos seguintes elementos: a) origem familiar; b) a escalada política a partir das condições sociais desfavoráveis; c) a inscrição na genealogia simbólica; d) as realizações como governante e os enfrentamentos assumidos.

¹⁹ Pode-se recorrer a um conjunto de itinerários coletivos de “famílias de políticos” que ilustra tais constatações em Grill (2003).

Para fins de exposição, será considerada a produção de Francisco Machado Carrion Jr. que data de 1989, ano da primeira candidatura de Leonel Brizola à presidência da República. O autor é descendente de uma “família de políticos”: o pai foi deputado estadual, o tio deputado federal, um dos primos prefeito de Passo Fundo e deputado federal e o irmão vereador e deputado estadual. Carrion Jr. foi deputado estadual entre 1982 e 1990 e deputado federal entre 1991 e 1998 pelo PMDB e pelo PDT. Morreu em 2001. Em matéria publicada pelo *Jornal Correio do Povo* na ocasião do seu falecimento, foi destacado que “foi no PDT que Carrion Júnior fez a maioria dos laços de amizade conquistados durante a sua trajetória política” e, na seqüência, sublinhada a ligação com Leonel Brizola e as raízes familiares: “a entrada no PDT foi marcada por uma reunião no Rio, na casa de Leonel Brizola (...). A opção política tinha raízes familiares” (Correio do Povo, 24/02/2001, p 2).

Além dos elementos biográficos recorrentes, outros dois fatores são encontrados em grande parte das produções: 1) a ligação dos autores com o “brizolismo” por adesão pessoal e/ou “herança familiar”; 2) o fato de serem escritas entre 1979 e 1989, período que abarca desde o momento da “volta do exílio” até a primeira candidatura à presidência da República – lido como de retomada do “projeto” ou reencontro com o “fio da história”.

Em síntese, Leonel Brizola é apresentado como “filho de agricultores pobres” (CARRION JR, 1989, p.29), tendo sido o pai membro “do exército de Leonel Rocha, partidário da Aliança Libertadora” na Revolução de 1923, vítima de “vingança” e “morto” pelo exército rival (liderado por Borges de Medeiros). Tais fatos são relacionados à escolha do nome: “O guri ia ter o nome de Itagiba de Moura Brizola, mas depois que sua irmã Francisca o encontrou brandindo uma espada de madeira e dizendo ‘eu sou Leonel Rocha’, seu nome terminou sendo Leonel de Moura Brizola” (CARRION JR, 1989, p.30).

Todo o trajeto escolar é narrado com ênfase em dois elementos contraditórios: as dificuldades advindas da “infância modesta” e os “auxílios recebidos” de autoridades como o “reverendo Isidoro Pereira”, o prefeito de Carazinho e o governador do estado. O momento de inflexão é marcado pela adesão ao PTB e pelo comício no qual representou a juventude do partido no palanque. Nessa ocasião, Getúlio Vargas teria pronunciado a seguinte frase: “Bota este guri na chapa que ele vai muito longe”. Retrospectivamente, Brizola teria passado, a partir desse momento, a participar das lutas entre o séquito de seguidores de Getúlio, via entronização ou designação do líder (WEBER, 1987).

Seu itinerário de cargos é então descrito: deputado estadual, secretário de obras do estado, prefeito, deputado federal, governador, etc. Tal trajeto vem acompanhado de demonstrações de pertencimento aos círculos centrais do trabalhismo, como o casamento com a irmã de João Goulart que teve Getúlio Vargas como um dos padrinhos, e a constituição da liderança estadual em aliança

com o cunhado, já destacado dirigente nacional do PTB e em oposição aos demais “herdeiros de Vargas e do trabalhismo”. As competências assinaladas são as capacidades como “comunicador”, e “administrador”, associadas a valores como “coragem” e “ousadia” (CARRION JR, 1989, p.49). Essas últimas simbolizadas pelo “movimento da legalidade” e pela “encampação” das multinacionais ligadas ao setor energético e de telefonia, entre outros feitos heroicizados.

Cabe sublinhar que a biografia propriamente dita é precedida por dois capítulos intitulados “O fio da meada” e “Em defesa da legalidade” e neles a vida do biografado é interpretada em função dos seus “antecedentes” (“Governo Vargas”, “Carta-Testamento”, “ascensão do PTB”, “chegada de Jango à presidência da República” e “resistência armada” com o “movimento da legalidade”). As biografias do indivíduo e da “tradição” se fundem, assim, em uma só.

Como foi mencionado em relação ao exame das versões sobre José Sarney e o “sarneyismo”, essa forma de apresentar o personagem Leonel Brizola por meio de produções de gênero biográfico pode ser observada igualmente em trabalhos considerados como pertencentes aos domínios das Ciências Sociais e da História. Com efeito, o “sarneyismo” e o “brizolismo” são interpretados de um ponto de vista teleológico por produções que encontram interlocutores no meio acadêmico e que alimentam alguns controvérsias simultaneamente políticas e intelectuais.

A seguir são demonstrados alguns elementos importantes presentes no trabalho de “resgate” e de localização de Leonel Brizola, do PDT e dos seus adeptos nesse *continuum* histórico desempenhado por um dos seus seguidores, Miguel Bodea.

Miguel Bodea nasceu em Minas Gerais. Oriundo de um “grupo familiar” com significativos investimentos escolares, é filho de diplomata, e sua irmã, Bárbara Freitag, é doutora em sociologia (identificada com o marxismo) e professora aposentada da Universidade de Brasília – UnB. Bodea estudou no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, formou-se em economia em Cambridge (Inglaterra) e obteve o título de mestre em ciência política pela Universidade de São Paulo – USP. Sua circulação internacional possibilitou, além da formação em economia, a participação em institutos de estudos ligados a partidos políticos, como o Partido Socialdemocrata Alemão, e a conclusão de um curso de graduação em ciências sociais na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris. Aliou sua formação escolar a funções políticas, como as de assessor do MDB na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, na década de 1970, e do governador do Rio de Janeiro pelo PDT, Leonel Brizola, na década de 1980. Tais inserções contribuíram para sua “liderança política e intelectual” no Brasil, onde foi um dos idealizadores do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais – IEPES do MDB e consultor do Instituto Latino-Americano do Desenvolvimento – ILDES, órgão vinculado à Friedrich Ebert-Stiftung (instituição alemã ligada à socialdemocracia).

O acesso e o contato com líderes da socialdemocracia européia e sua militância dentro do trabalhismo são registros que se mesclam na legitimação das suas tomadas de posição. A opção pelo PDT, com a reorganização partidária pós-regime militar, se alicerça nos vínculos anteriores cultivados (como assessor da bancada do MDB) e na aproximação da sigla e de seu líder com dirigentes (Mário Soares, Willy Brandt, François Mitterrand, entre outros) e organismos classificados como socialdemocratas ou socialistas. Sua contribuição e sua relevância política se amparam nos títulos, laços e competências para reinterpretar a “história do trabalhismo” sob o duplo registro de continuidade com a “tradição política gaúcha” (leia-se positivismo) e de formulação de um “projeto político” (o PDT de Leonel Brizola).

Os prefácios aos seus dois livros que tratam do tema são elucidativos. Otávio Caruso Brochado da Rocha – filho e sobrinho de lideranças do PTB (entre os seus ascendentes encontra-se José Diogo Brochado da Rocha) e neto de um líder do PRR –, considerado um dos principais dirigentes e “teóricos” do trabalhismo, saudou a publicação do ensaio de Miguel Bodea intitulado *A Greve Geral de 1917 e As Origens do Trabalho Gaúcho* (1979). No prefácio, enfatiza os títulos escolares do autor e sua dedicação à “práxis política [...] na qualidade de assessor das oposições gaúchas” (Brochado da Rocha, 1979, p. 7). Identifica a origem da “motivação” do autor no “pulsar das bases oposicionistas gaúchas” e na sua necessidade de entender por que “ressoava em todos [...] a carta-testamento de Getúlio? Ou perpassava nas concentrações partidárias o pensamento de Pasqualini e a tragédia de Jango? Ou estrugiam nos comícios as ovações permanentes a Brizola?” (*ibidem*). Além disso, justifica a relevância da pesquisa pela centralidade que nela assume a figura de Getúlio Vargas, como “ponte” entre períodos históricos e partidos (PRR e PTB), acrescentando: “Não se trata contudo de arqueologia política, mas de pesquisa a viver para o futuro, pois Getúlio ainda vive, pela carta-testamento, tanto no afeto das massas quanto na consciência do povo exilado” (Brochado da Rocha, 1979, p. 9).

José Álvaro Moisés, por sua vez, em prefácio ao livro de Bodea publicado com o título de *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul* (1992), definiu tal esforço como resultante da crença na “continuação de uma experiência correta de mudanças sociais, no caso, o PDT de Leonel Brizola” e de seu esforço, realizado “com grande eficiência e sentido profissional”, para “fazer a ligação entre movimentos sociais e políticos locais com seus congêneres europeus, no caso, com tendências da social-democracia européia, mesmo quando os grupos nacionais não tinham nenhuma ligação com o PDT” (Moisés, 1992, p.13).

Os dois textos escritos por Miguel Bodea sistematizam sua leitura sobre a “história do trabalhismo”. Baseados na mesma idéia central, aquela que afirma a continuidade entre o “republicanismo castilhistas” e o “trabalhismo”, os ensaios oferecem elementos de fixação da persistência de linguagens e valores na passagem do positivismo de Júlio de Castilhos e Borges de

Medeiros para o trabalhismo de Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini, sem deixar de apontar seus desdobramentos e invariâncias nas gerações subseqüentes (como em João Goulart, Leonel Brizola e seus seguidores).

Na sua leitura, teria ocorrido, no seio do PTB do Rio Grande do Sul, uma “divisão de tarefas” entre Vargas e Pasqualini, os quais se diferenciariam e se complementariam, segundo ele, em relação à estratégia política (projeto nacional e projeto partidário), à esfera geográfica de atuação (nacional e regional) e à divisão de funções político-partidárias (estrategista político e doutrinador e teórico). O projeto político de Vargas é percebido com base em “tendências modernizantes”, identificadas como o prosseguimento do “ideário positivista e castilhistas”. Bodea situa Pasqualini nessa “tradição”, afirmando que valores como “cooperação” e “equilíbrio social” seriam condizentes com a “mesma matriz que orienta o ideário de Vargas e seus principais companheiros da Revolução de 1930: o republicanismo castilhistas do PRR, fortemente influenciado pelo pensamento positivista” (BODEA, 1992, p.153). A triagem de elementos recai sobre a intervenção estatal, a crítica ao imperialismo e ao liberalismo e a mobilização popular. O caráter complementar da liderança nacional de Vargas e da liderança regional de Pasqualini é explicado com base no pressuposto da especificidade da política gaúcha: “maior organicidade e consistência dos partidos” e ocorrência de um “padrão de evolução histórica” (BODEA, 1992, p.173), pelos quais as lideranças são projetadas nacionalmente, estabilizando, em decorrência da experiência política ímpar que acumulam no plano regional, o sistema partidário. Em seguida, o autor projeta nas gerações futuras a possibilidade de ascensão a posições centrais e resguarda para as lideranças locais o papel de intérpretes e guardiões da “coerência ideológica”. Miguel Bodea caracteriza a formação do partido político como resultado das tarefas doutrinárias e de produção de consenso “no momento da sociedade civil” (obra de Alberto Pasqualini) e de estratégia política “no nível do aparelho de Estado” (tarefa visualizada em Getúlio Vargas) (BODEA, 1992, p.181). A partir deles, Bodea procura afirmar o conteúdo “reformador” e “modernizante” do trabalhismo com “raízes” no “positivismo”, o qual teria como padrão de “evolução” um “populismo operário e socialista”, concepção que se contrapõe às interpretações negativas sobre o populismo.

Coradini já demonstrara que, na sustentação por Bodea da tese de que o trabalhismo seria o “herdeiro” do positivismo, “se trata, simultaneamente, da legitimação de um processo, visto teleologicamente, a formação do trabalhismo, e da posição do ‘intelectual’ que o apresenta” (CORADINI, 1998b, p.118). Nessa estratégia, é acionada a “analogia entre ‘positivismo’ e ‘modernização’, em oposição ao tradicional” e a vinculação entre “esquerda” e “positivismo” como algo moderno (*idem*, p.121). Da mesma forma, posições relativas ao regionalismo reaparecem sob a “idéia de ‘peculiaridade’ positiva na história política regional” e os embates entre “positivistas” e

“católicos” são lidos pelos alinhamentos partidários “imersos numa lógica evolutiva teleologicamente pressuposta” (*idem*, p.122).

É importante ressaltar que a perspectiva adotada por Bodea (1979, 1992) é resultante de crenças que se espalharam pelos domínios da política e do meio universitário. A começar pela valorização da “especificidade da política gaúcha”, do caráter disciplinado dos seus partidos, da maior definição ideológica das suas legendas e da “politização” do seu eleitorado. O que se traduziu numa busca constante pela identificação de uma bipolarização que atravessaria o tempo (conservadores liberais x conservadores autoritários; chimangos x maragatos; PTB x Anti-PTB, PT x anti-PT, etc.). Porém, sob essas classificações mais gerais muitas vezes se escondem as relações de força e as relações de sentido que animam a política no estado.

Assim, a versão mais difundida e dominante acerca do “espólio” trabalhista sustenta a centralidade de Leonel Brizola como “herdeiro” de Getúlio Vargas e João Goulart. Contribuem, para tanto, o itinerário construído pelo personagem e as leituras retrospectivas feitas sobre ele, assim como o proselitismo dos seguidores do seu projeto partidário, o PDT.

Um fator que indica como a condição de “herdeiro” do “getulismo” e principal porta-voz do “trabalhismo” é administrada por Brizola foi a promoção das homenagens a Getúlio Vargas na data que marca o aniversário do seu suicídio (24 de agosto), ocorridos em frente ao monumento com a “carta testamento” localizado na praça da Alfândega em Porto Alegre.

Tomando como fonte de análise as matérias publicadas entre 1980 e 2002 nos jornais Zero Hora e Correio do Povo sobre a cobertura de diferentes momentos em que ocorreram esses rituais de celebração, ressalta-se a oportunidade que constituíram para a reafirmação da lealdade aos ícones da “tradição trabalhista”, para a sinalização da incorporação ou a aceitação de novos quadros ou para sedimentação de posicionamentos e alinhamentos.

Reunião de políticos de diferentes partidos, compartilhando ou revezando-se nas homenagens, ressalta-se a idéia de continuidade estabelecida pela imagem de uma genealogia simbólica (ABÉLÈS, 1992) e de uma comunidade afetiva (HALBWACHS, 1994). São demonstrações disso, os usos de metáforas pelos quais são acionadas expressões retiradas do universo doméstico para apresentar relações políticas. Alinhamentos no passado, alianças no presente e compromissos futuros são caracterizados a partir de termos como “família trabalhista”, “fraternidade”, “herdeiros” do trabalhismo ou de Getúlio Vargas, “testamento”, “legado”, “pai do trabalhismo”, “filhos e netos políticos de Getúlio Vargas”, “afilhado político de Leonel Brizola”, etc.

Foi possível perceber ainda a plasticidade do espaço social, as fronteiras móveis que delimitam os limites da “tradição” e os critérios de inclusão e exclusão que se modificam de acordo com as conjunturas eleitorais. Destaca-se que, ao longo do tempo (1980-2002), as homenagens foram feitas em horários diferentes (na maior parte dos casos) ou de forma conjunta

(excepcionalmente) pelos membros dos partidos (PDT, PMDB e PTB) liderados pelos seus líderes (Leonel Brizola, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi²⁰). Atualizações de rivalidades passadas ou aproximações eleitorais (coligações) são, pois, explicitadas nesses momentos. Personagens considerados externos (ideologicamente ou territorialmente) à “tradição trabalhista gaúcha” também estiveram presentes nas cerimônias. Tal situação possibilita a apropriação, por parte de “elementos externos” ao trabalhismo, do patrimônio simbólico, mas faz com que os mesmos, mediante a própria presença e os depoimentos de exaltação feitos, contribuam para o reconhecimento quanto à importância do homenageado.

Por fim, verifica-se um circuito de trocas e reciprocidades constituído entre mortos e vivos (HÉLIAS, 1979) e entre os vivos (LANDÉ, 1977). Por um lado, a homenagem ao morto (Getúlio Vargas) é caracterizada invariavelmente como uma demonstração de “gratidão” e de “reconhecimento” por parte dos seguidores. Contudo, como mostra Hélias (1979), ela não salda a dívida estabelecida e, assim, não encerra a reciprocidade. Isso ocorre devido ao fato de que a fonte da dívida reside na “vida dada” pelo morto (credor), e na necessidade dos vivos cumprirem a sua missão (logo a dívida só deixa de existir com a morte destes últimos). O monumento da “carta testamento” de Getúlio Vargas, que serve de pano de fundo para as homenagens feitas, simboliza a dupla face da “herança”: um patrimônio a ser capitalizado e um “legado” a ser cumprido. Dessa forma, a eficácia ideológica da homenagem se reflete na “valorização da morte guerreira”, o que incide na valorização do personagem e nos seus modelos de condutas a serem seguidos pelos vivos. Sendo assim, as homenagens aqui analisadas adquirem o conteúdo de reafirmação da lealdade por meio do reconhecimento da dívida e pelo compromisso de dar continuidade à “luta”. Por outro lado, os protagonistas das lutas políticas externalizam publicamente alianças verticais (entre políticos situados em diferentes níveis da hierarquia de posições políticas) e horizontais (entre lideranças com posições próximas em termos de reconhecimento e capital político), justificam perante os eleitores novos alinhamentos nas disputas entre facções, reforçam os compromissos assumidos e buscam demonstrar a coerência dos posicionamentos. Além disso, de certa forma, empregam esforços para aparecerem como que respaldados em todos esses movimentos pela liderança homenageada.

²⁰ Uma das mais significativas “novidades” da política gaúcha nas últimas décadas (a reorganização do PTB) foi liderada por Sérgio Zambiasi, particularmente no tocante aos reflexos incididos na composição de forças na política gaúcha e de disputa pelo “espólio trabalhista”. Filho de militantes trabalhistas, seu prestígio eleitoral baseou-se fundamentalmente na sua atuação como radialista, mormente através da veiculação de programas de rádio centrados na filantropia. Dessa forma, comandando um programa diário na rádio Farroupilha, Zambiasi se elegeu deputado estadual em 1986 pelo PMDB, com expressiva votação. Durante seu primeiro mandato, respaldado pelo resultado eleitoral alcançado, investiu na formação do Partido Trabalhista Brasileiro no estado. Ao vincular-se ao PTB, promoveu uma série de adesões de lideranças ligadas por “origem familiar” à sigla (oriundas predominantemente do PMDB e do PDT). Para mais detalhes, ver Grill (2003).

A morte de Leonel Brizola, em 21 de junho de 2004, multiplicou os discursos de elogios sobre o dirigente político e sobre a posição instituída do chefe do partido (PDT) e “herdeiro do trabalhismo”. Embora as clivagens não sejam abolidas, o tom de consenso em torno do personagem é a marca dos pronunciamentos.

Quatro aspectos se destacam no material analisado (as reportagens divulgadas na semana que sucedeu à morte de Leonel Brizola nos jornais O Sul, Diário Gaúcho, Zero Hora e Correio do Povo) e permitem estabelecer um paralelo com o estudo de Dulong (1994) sobre os elogios fúnebres a personalidades da vida política francesa:

1) a contribuição da morte de um político destacado no cenário nacional e na história do país para a legitimação do *métier* em tempos de “descrédito da classe política”. É um momento propício para a denegação da profissionalização política (OFFERLÉ, 1999) e dos seus elementos correlatos (carreiras, interesses pessoais, busca de cargos, incoerências, etc.), por meio de marcas como: “preocupação com as crianças e com a educação” (Diário Gaúcho, 22/06, 2004, p. 6), “o patriota nacionalista” (O SUL, 22/6/2004, p. 7); “homem coerente com a utopia de um Brasil soberano” (ZERO HORA, 23/06/2004, p. 18), etc.

2) o contraste entre o lugar da morte nas sociedades contemporâneas que, como demonstrado por Elias (2001), foi relegada ao universo privado, e a dimensão pública que assume em razão da importância social e política do morto, bem como as leituras políticas do evento. No caso de Leonel Brizola, grande parte das reportagens especulava sobre a “herança”, sobre o “legado” e sobre o “futuro do trabalhismo” sem o líder: “Quem será o substituto de Leonel Brizola no PDT?” (Zero Hora, 23/06/2004, p. 10); “Para os que sustentam que a perda do líder representará o fim do trabalhismo, líderes pedetistas insistem que o “legado” deixado por ele permanecerá” (O SUL, 22/6/2004, p. 7).

3) a combinação que permite o desaparecimento de um líder político entre singularidade, excepcionalidade, extraordinariedade como sinônimo de perfeição (base do carisma) e normas que valem (ou devem valer) para todos. São combinados, no caso do presidente de honra do PDT, valores como “coragem”, “valentia”, “lealdade”, “coerência”, “superação”, “sinceridade”, “tenacidade”, “perseverança”, exemplificados em etapas da sua vida como a infância modesta, a campanha da legalidade, o exílio, a construção do PDT, etc.

4) a morte do protagonista da política como uma ocasião privilegiada de retorno às origens, de empreender a pedagogia da memória, de estabelecer o imaginário da continuidade e de ligar os predecessores aos sucessores através da biografia do homenageado (DULONG, 1994). Isso pode ser ilustrado pela escolha do cemitério escolhido para o enterro, o Cemitério Jardim da Paz em São Borja (cidade conhecida como o “berço dos trabalhistas”), onde já estavam sepultados, entre outros “vultos do trabalhismo”, Getúlio Vargas e João Goulart (Zero Hora, 23/06/2004, p. 12). Pode

também ser demonstrado pelas alusões a Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini e João Goulart na maior parte dos depoimentos e comentários reproduzidos nas reportagens.

Os sentidos compartilhados em torno do “trabalhismo” também podem ser apreendidos a partir de posicionamentos de agentes situados à esquerda do espectro ideológico e que, muitas vezes, são ligados por laços familiares à dita “tradição política”. Para esses intérpretes, “trabalhismo” passa a ser sinônimo de “populismo”, como tal deve ser superado, mas cujas contribuições devem ser “resgatadas”. Esse é o caso de Tarso Genro que na década de 1970 escreveu três artigos no *Jornal Informação* visando interpretar os significados históricos de Getúlio Vargas, João Goulart e Alberto Pasqualini e seus “legados”²¹.

O percurso dos políticos da família Genro tem como origem, assumida e reivindicada, o “passado trabalhista”. As ligações políticas e partidárias de Adelmo Genro (pai de Tarso), descendente de grandes proprietários rurais da fronteira-oeste do Rio Grande do Sul, começaram no período do declínio econômico do “grupo familiar”, por intermédio de contatos e de relações herdadas com as “famílias” Vargas e Goulart (formada por grandes proprietários de terra) em São Borja. Adelmo Genro foi um dos coordenadores da primeira campanha eleitoral de João Goulart, que o levou à Assembléia Legislativa em 1947. A forte ligação de Adelmo Genro com João Goulart contrastava com suas divergências em relação à liderança de Leonel Brizola. Afora isso, as relações cultivadas com outro líder do PTB, originário da “Metade Sul” e seu contemporâneo de ginásio em Santa Maria, permitiram a sua nomeação como diretor da principal escola estadual de Santa Maria.

A atuação como professor e diretor do Colégio Manoel Ribas, o Maneco, constituiu a base da reputação eleitoral e o trampolim para a carreira política de Adelmo Genro, que despontou para política eleitoral, elegendo-se vereador e vice-Prefeito de Santa Maria pelo PTB. No entanto, foi cassado pelo regime militar quando ocupava a prefeitura interinamente, acontecimento que o transformou em um dos símbolos da “luta contra o regime militar” na cidade. Durante o regime militar, ele atuou como advogado e conquistou posições de liderança na Ordem dos Advogados do Brasil local. Em 1980, filiou-se ao PMDB (assim como os seus filhos), partido do qual foi presidente, chegando a concorrer à vice-prefeito em 1982. Posteriormente filiou-se ao PSB, sendo seu presidente de honra no Rio Grande do Sul.

Nas décadas de sessenta e setenta seus filhos Tarso Genro (ex-presidente da “mocidade trabalhista” local) e Adelmo Genro Filho militaram e foram vereadores pelo MDB. Adelmo Genro

²¹ A “crítica ao populismo” é uma “marca geracional” de um conjunto de agentes que inauguraram sua atuação política durante o regime militar. Tavares dos Reis (2002) desenvolveu uma minuciosa análise dessa modalidade de afirmação política associada à afirmação de uma “novidade política” por militantes de esquerda que vieram ocupar cargos políticos de destaque no estado. Para tanto, analisou posicionamentos dos “irmãos Genro” (Tarso e Adelmo Genro), de Raul Pont (Em Livro intitulado “Da Crítica ao Populismo à Construção do PT”, publicado em 1977) e de candidatos a vereador em 1976, revelando a combinação de esforços de positivação da “tradição trabalhista” e de “superação dos seus limites”.

era nesta época uma das “referências” da oposição no município e a “casa dos Genro” era “território” de aglutinação de militantes e tinha como um dos freqüentadores mais ilustres, Pedro Simon. Além disso, seus filhos (Tarso e Adelmo Filho) foram dirigentes da Juventude (órgão criado e apoiado por Pedro Simon) e de organizações de esquerda que atuavam no interior do MDB. Integraram no final da década da chamada “Oposições Populares”, tendência liderada pelo presidente do Instituto de Estudos Políticos Econômicos e Sociais (IEPES), André Forster, e que era formada por jovens lideranças e intelectuais com posições ligadas ao marxismo e que faziam uma “leitura crítica do trabalhismo” qualificando-o como “populista”²².

Assim, a notoriedade do “grupo familiar” e o ambiente político levaram dois dos seus filhos à militância partidária e eleitoral. Tarso Genro foi eleito vereador em 1968 e Adelmo Genro Filho em 1976, ambos pelo MDB. O primeiro iniciou sua militância política partidária na Ala Moça do PTB, após ter acompanhado as campanhas do pai na infância. Elegeu-se vereador pelo MDB em 1968 (com 20 anos) e passou a fazer parte da Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil. Exilou-se no Uruguai no início da década de setenta e, no retorno ao Brasil, passou a residir em Porto Alegre, atuando como advogado trabalhista, escritor, poeta e crítico literário. Os artigos de Tarso Genro analisados foram escritos no período de sua militância no MDB, que teve como desdobramentos sua participação, inclusive como dirigente, no Partido Revolucionário Comunista. Com o pluripartidarismo, seu engajamento inicial foi no PMDB e, ainda na década de oitenta, migrou para o PT, partido pelo qual foi deputado federal, vice-prefeito, prefeito de Porto Alegre (duas vezes) e candidato a governador do Rio Grande do Sul (em duas ocasiões), além de ministro da Educação e da Justiça. O atual (2010) candidato ao governo do estado do Rio Grande do Sul é considerado um dos principais “intelectuais” da “esquerda gaúcha” e a principal liderança das “correntes moderadas” do PT, os artigos examinados abaixo explicitam alguns usos da “tradição trabalhista” no processo de afirmação do protagonista no plano estadual.

Os três textos tomados aqui foram publicados em 1976 e expressam as interpretações sobre a “herança trabalhista” para o MDB e mais especificamente para a “esquerda gaúcha”, através da contextualização do papel de três lideranças desta “tradição política”: Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini e João Goulart. No ensaio intitulado “Reflexões sobre o populismo”, sustenta que a especificidade do “líder populista brasileiro”, Getúlio Vargas, residiria na “herança positiva” legada em termos de formação de um partido e seu ideário nacionalista (Genro, 1976a). Já no artigo denominado “Alberto Pasqualini: um socialista no PTB?” procura estabelecer a “grandeza” e as “limitações” que formam a contribuição da “pregação pasqualinista” e da sua “luta ideológica” (Genro, 1976b). Finalmente, no depoimento “Sobre um presidente” descreve sua convivência com

²² Resultados de uma pesquisa sobre a liderança de André Forster e sobre o IEPES no Rio Grande do Sul podem ser encontrados em Tavares dos Reis (2003 e 2004).

João Goulart no Uruguai e expõe o “papel histórico” que, na sua acepção, o ex-presidente teria desempenhado (Genro, 1976c).

A maneira como os relatos são organizados informa a relação do autor com os “ícones”. Getúlio Vargas é caracterizado pelo “espólio” partidário e nacionalista a ser superado e aprofundado pelos “setores progressistas” do MDB. A “herança positiva” da “trajetória de Vargas” é acionada com vistas às disputas internas ao MDB, às quais Tarso Genro passava a se dedicar como um dos líderes da corrente partidária Oposições Populares (situada à esquerda do espectro de posições existentes no interior do MDB e que aglutinava estudantes, professores e profissionais liberais). Na definição de Alberto Pasqualini proposta por Genro, o “teórico do trabalhismo” é objeto de interpretação e crítica no plano do “método científico” e dos “conceitos”, em busca da “modernização” do “programa” e da “análise concreta da [...] realidade histórica”. Por fim, na apresentação sobre João Goulart, aparece, por sua vez, ao lado da associação do líder com os anseios de reforma social, a proximidade entre as “famílias” e a intimidade desfrutada pela jovem liderança com uma das estrelas da política gaúcha.

Considerações Finais

A inscrição José Sarney e de Leonel Brizola na história política dos seus respectivos estados (sem falar na história nacional) depende de um conjunto de investimentos que auxiliam para consagrar notabilidades ou reputações (BOURDIEU, 1989), carismas (Weber, 1987; SHILLS, 1992; GEERTZ, 1998; CORADINI, 1998a) e sucessões (ABÉLÈS, 1992; HASTINGS, 1992; GARRAUD, 1992). Em outros termos, a eternização dos personagens e a “etiquetagem” em termos de “ismos” estão vinculadas a um conjunto de homenagens, construções biográficas e interpretações responsáveis pela personificação em ícones de atributos valorizados social e culturalmente, pela vinculação dos mesmos a qualidades extraordinárias ou transcendentais, assim como a demonstrações de lealdades, fidelidades, continuidades, proximidades, etc.

Os rituais e estratégias de consagração analisados, permitiram captar processos e mecanismos de heroização, princípios de aferição de excelência humana e de hierarquização social, bem como sua reconversão em recursos políticos, em bases de liderança e em instrumentos de consolidação de teias de seguidores.

A posição dos ícones da hierarquia política é o produto de uma soma de investimentos oriundos de múltiplos segmentos da vida social e da multiposicionalidade daqueles que se dedicam a exaltar os homenageados. A produção dos vultos da vida política resulta do trabalho de “reunir, homogeneizar e tornar coerente, sob uma marca identitária unificada e suficientemente identificável, as múltiplas definições que deles são feitas” (COLLOVALD, 1988, p.35). A legitimidade advém, assim, de um “trabalho coletivo de produção de créditos (...) e de

reconhecimento das suas qualidades pessoais” para a qual contribui a participação do próprio personagem da política e de outros agentes ou instituições que “fornecem sua força social, seus interesses e suas crenças práticas (COLLOVALD, 1999, p. 16).

Personagens, instituições, idéias, valores e imagens que compõem os elogios ou homenagens são fontes de atribuição de transcendência e sacralização daqueles que são louvados, criando e reforçando símbolos que ligam agentes e arenas privilegiadas da vida social, justificando e administrando as “elites políticas” (GEERTZ, 1997; CORADINI, 1998a). No caso da operação biográfica, esta modalidade se baseia na crença do biógrafo “de se interessar em uma pessoa, mas se ligar a uma identidade coletiva. Ele crê retratar uma história de vida, porém participa de uma luta política que a ultrapassa (...)”. À posição de narrador externo se confronta o fato dele estar “misturado na vida política que lhe faz dividir as mesmas categorias cognitivas que produzem e alimentam as diferenças. Mesmo os materiais que ele se propõe a recolher se impõem e estavam investidos de significações contrastadas a serviço de conclusões políticas divergentes” (COLLOVALD, 1999, p. 18). No caso dos empreendimentos críticos, os intérpretes concorrem para demonstrar as condições de superação dos “ismos”, ao mesmo tempo que criam as versões que os situam em um *continuum* histórico de rupturas de ciclos ou releituras de polaridades, compartilhando o mesmo sistema de crenças acerca das especificidades regionais para se inscreverem no “passado” e para reivindicarem o “compromisso com o futuro”.

Isso posto, a partir da adoção dos procedimentos de pesquisa privilegiados, alguns elementos se mostraram recorrentes nas narrativas produzidas:

1 – o trabalho sobre a memória política está condicionado pela imposição de um conjunto de datas, eventos, personagens, símbolos, linguagens, etc. compartilhado e reativado pelos diferentes protagonistas da gestão do passado;

2 – as idéias de continuidade e de identidade se mesclam com a centralidade desfrutada pelas relações de parentesco nesse domínio social e com as metáforas alusivas ao universo doméstico/ familiar que nele emergem;

3 – as estratégias de acionar o passado para se associar a um “ícone” ou para se afirmar estabelecendo a oposição com ele se alicerçam em uma concepção de política fundada sobre a personificação do capital simbólico e sobre a legitimação carismática;

4 – os investimentos estão pautados pelo código da reciprocidade entre membros de diferentes gerações, entre vivos e mortos, e entre agentes situados em distintos níveis da hierarquia política, sendo a matriz para enunciar ou anunciar as relações políticas;

5 – o “resgate” e a interpretação da “história política” se coadunam com o papel de mediador, pelo qual estabelecem uma ligação entre passado, presente e modelos de sociedade e pelo qual se inscrevem na dita “tradição política” dos seus estados.

6 – as sínteses, seleções, triagens e fusões operadas obedecem aos próprios recursos sociais dos intérpretes que fixam, por meio das narrativas, critérios concorrentes de atribuição de excelência social e concepções divergentes sobre as formas legítimas de atuação política;

7 – o domínio e a proximidade com o universo da “escrita” constituem importantes trunfos para a distinção em relação aos concorrentes e uma competência significativa para a afirmação política, servindo como atestado de pertencimento a “elite de letrados” e como instrumento de inscrição na história das “elites políticas” em cada estado.

8 – os “ismos” servem, então, a um só golpe, para enunciar, pela celebração ou estigmatização, a continuidade, a unidade, a fixidez, a coesão, a perenidade, a persistência, etc. e para promover a sucessão, a mobilidade, a aliança, o trânsito, a combinação, os movimentos, as identificações precárias, móveis, efêmeras, transitórias, etc. O que exige que sejam tomados *ex-ante* e não *ex-post*, isto é, realizando uma pesquisa regressiva e um uma reconstituição progressiva das propriedades sociais dos agentes envolvidos na sua fabricação, das estratégias de afirmação dos protagonistas, das categorias e dos discursos que os definem e da maneira como impõem um estatuto de realidade (LACROIX, 1985)

Há, no entanto, disparidades quanto aos veículos de comunicação utilizados, o público que alcançam e o reconhecimento que desfrutam. Evidenciam-se alguns relatos mais reconhecidos no âmbito universitário e/ou nas instâncias de consagração literária e outros que circulam em segmentos mais diversificados. Contudo, os registros se mostram muito semelhantes e marcados pelo imperativo das lutas políticas ou faccionais.

Existem, igualmente, discrepâncias entre as formas como são construídos o “vitorinismo” e o “sarneyismo”, no Maranhão, e o “getulismo”, o “pasqualinismo” e, principalmente, o “brizolismo” no Rio Grande do Sul.

No primeiro caso, o “vitorinismo” e o “sarneyismo” são construções fundamentalmente fabricadas para demarcar uma idéia de descontinuidade e de ruptura política, apresentadas como “necessárias” em vistas do “atraso”, do “arcaísmo”, etc, recortando a história política regional em “ciclos”, “etapas”, “tempos”. Dois “períodos” que se sucedem, para uns, e que perpetuam a “dominação oligárquica”, para outros. Converging todos sobre o imperativo da derrubada do “passado”. Passado (s) tido como sinônimo de “atraso” e de “obstáculo” para o encontro com o “futuro”, o “desenvolvimento”, a “justiça”, o “progresso”, bem como de reencontro com a vocação para a “prosperidade” (ALMEIDA, 2008). Passado simbolizado por Vitorino Freire e por José Sarney (ou por ambos), estendendo-se aos seus “grupos” (categoria nativa que, paradoxalmente, informa a rede de seguidores das lideranças em situações de conflitos, de realinhamentos contínuos, de deslocamentos constantes, mas que remete a uma idéia de permanência e de perenidade). As fronteiras entre as coalizões rivais que se enfrentam com base nessas classificações são movediças,

as bases de interconexão são fundadas em cadeias interpessoais e o recrutamento é socialmente endógeno e/ou por cooptação. Os movimentos mútuos e interdependentes entre elas, nas últimas décadas, têm como centro de gravitação a exaltação ou a crítica a José Sarney, como líder de um “grupo político”, por consequência reforçando o “sarneyismo” como elemento de localização das demais posicionalidades.

No segundo caso, um conjunto de posicionamentos se estabelece em torno da disputa pelo “espólio” da chamada “tradição trabalhista”. A partir do “trabalhismo” resgata-se o que é considerado a “peculiaridade da história política gaúcha” como a disciplina partidária, os alinhamentos ideológicos, a politização, enfim, os fatores responsáveis pela constituição de oposições e clivagens que se atualizariam indefinidamente. Com efeito, busca-se a continuidade em polaridades do passado e projeta-se desdobramentos no futuro, sem suspender a imagem do “fio da história” e a associação com o “legado”. Isto é, a vinculação com as referências míticas (Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini), com os “documentos fundadores” (a “carta-testamento” e a “obra de Pasqualini”), com as realizações dos ascendentes, com os candidatos a sucessores (João Goulart, Leonel Brizola, Fernando Ferrari, Pedro Simon, etc.) e com qualidades tidas como extraordinárias (critérios de heroicização ligados a distintos segmentos da “elite” como estancieiros, militares, descendentes de imigrantes e militantes). Investimentos que se apóiam nas mais variadas coalizões, nas bases sociais mais diferenciadas e em repertórios discursivos discrepantes. Na concorrência, Leonel Brizola adquiriu um lugar de destaque e conseguiu capitalizar, via associação pessoal (biográfica, familiar, partidária, etc.), o “patrimônio coletivo”, reunir um séquito de seguidores (“os brizolistas”) e simbolizar uma etiqueta política, o “brizolismo”.

Referências

- ABÉLÈS, Marc. 1992. “La reference familiale”. In: PATRIAT, Claude.; PARODI, J. (Orgs.) *L'hérédité en Politique*. Paris: Economica, p. 81-100.
- ABÉLÈS, Marc. 1989. *Jours Tranquiles en 89*. Paris: Odile Jacob.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner. 2008. *A ideologia da Decadência*. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas.
- BANDEIRA, Muniz 1979. *Brizola e o Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- BODEA, Miguel. 1992. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BODEA, Miguel. 1979. *A greve geral de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: LPM Editora.
- BOURDIEU, Pierre. 1989. “A representação política. Elementos para uma teoria do campo político”. In: BOURDIEU, Pierre.. *O Poder simbólico*, Lisboa, Difel, p. 163-207.
- BROCHADO DA ROCHA, Otávio Caruso. 1979. “Prefácio”. In: BODEA, Miguel. *A greve geral de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: LPM Editora, p. 7-14.

- BUZAR, Benedito. 2001. *Vitorinistas e Oposicionistas*. São Luís: Lithograf.
- BUZAR, Benedito. 1998. *O Vitorinismo*. Lutas Políticas no Maranhão de 1945 a 1965. São Luís: Lithograf.
- CARRION JR, Francisco Machado. 1989. *Brizola*. Momentos de Decisão. Porto Alegre: LPM Editora.
- COLLOVALD, Annie. 1999. *Jacques Chirac et le gaullisme*. Biographie d'un Héretier à Histoires. Paris: Belin, 320 p.
- COLLOVALD, Annie. 1991. "Histoire d'un mot de passe: Le pujadisme. Contribution à une analyse des 'ismes'". *Genèses*, 3, p. 97-119..
- COLLOVALD, Annie. 1988. "Identité(s) Stratégique(s)". *Actes de la Recherche en sciences Sociales*, n.º 73, p. 29-40.
- CORADINI, Odaci Luiz. 1998a. "Panteões, Iconoclastas e as Ciências Sociais". In: FELIX, Loiva Otero et al. (orgs.). *Mitos & Heróis: Construção de imaginários*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 219-240.
- CORADINI, Odaci Luiz. 1998b. *Elites Culturais e Concepções de Política no Rio Grande do Sul entre as décadas de vinte e sessenta*. Relatório de Pesquisa para o CNPq. Porto Alegre.
- COSTA, Wagner Cabral da. 2006. *Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney*. São Luís:EDUFMA.
- COSTA, Wagner Cabral da. 2004. "A raposa e o canguru: crises políticas e estratégias periféricas no Maranhão (1945-1970)". In: COSTA, Wagner Cabral da. *História do Maranhão: novos estudos*. São Luís: EDUFMA.
- COUTINHO, Milson. 2001. *Desembargador Sarney:memória do primeiro centenário*. Brasília: Alhambra.
- COUTINHO, Milson. 2010.*José Sarney: Memorial dos 80 anos*. São Luís:Geia..
- DULONG, Delphine. 1994. "Mourir en politique: le discours des éloges funèbres". *Revue Française de Science Politique*. Paris, v. 44, n.º 4, p. 629-646.
- ELIAS, Norbert. 2001. *A Solidão dos Moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- ELIAS, Norbert. 1999. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70.
- FOUCAULT, Michel. 2008. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- FOUCAULT, Michel. 2000. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- GEERTZ, Clifford. 1997. Centros, Reis e Carisma. GEERTZ, Clifford. *O Saber Local*. Petrópolis: Vozes, p. 182-219.
- GENRO, Tarso Fernando. 1976a. "Reflexões sobre o Populismo". In: *Semanário Informação*. Porto Alegre, n.º 18, p.5.
- GENRO, Tarso Fernando. 1976b. "Sobre um Presidente". In: *Semanário Informação*. Porto Alegre, n.º 22, p. 11.
- GENRO, Tarso Fernando. 1976c. "Alberto Pasqualini: Um socialista no PTB? In: *Semanário Informação*. Porto Alegre, n.º 23, p.5.
- GONÇALVES, Maria de Fátima. 2000. *A Reinvenção do Maranhão Dinástico*. São Luís: Edições UFMA; PROIN (CS).
- GONÇALVES, Maria de Fátima. 2008. *A invenção de uma rainha de espada:reatualizações e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico*. São Luís: EDUFMA.

- GRILL, Igor Gastal. 2009 “Descendentes de imigrantes na política do Rio Grande do Sul e do Maranhão: ascensão social, afirmação eleitoral e cooptação política”. In: Ferretti, Sérgio; Ramalho, José Ricardo.. (Org.). *Amazônia; desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural*. São Luís: EDUFMA, p. 137-160.
- GRILL, Igor Gastal. 2008. “Processos, Condicionantes e Bases Sociais da Especialização Política no Rio Grande do Sul e no Maranhão”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 30, p. 65-87.
- GRILL, Igor Gastal. 2005. “Bases sociais e intérpretes da tradição trabalhista no Rio Grande do Sul”. *Dados*, Rio de Janeiro/RJ, v. 48, n. 3, p. 525-557.
- GRILL, Igor Gastal. 2003. *Parentesco, Redes e Partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tese de Doutorado em Ciência Política, IFCH-UFRGS.
- HALBWACHS, Maurice. 1994. *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. Paris: Albin Michel.
- HAEGEL, Florence. 1990. “Memoire, Héritage, Filiation”. In: *Revue Française Science Politique*, nº 6, p. 44-66.
- HASTINGS, Michel. 1992. “Le mythe en heritage”. In; PATRIAT, Claude ; PARODI, Jean Luc. (Orgs.) *L'Hérédité en Politique*. Paris: Economica, p. 235-248.
- HÉLIAS, Yves. 1979. “Pour une sémiologie politique des monuments aux morts”. In: *Revue Française de Science Politique*. V. 29, nº 4-5, p. 739-759.
- ITAPARY, Joaquim. 1998. “Apresentação”. In: BUZAR, Benedito. *O Vitorinismo*. Lutas Políticas no Maranhão de 1945 a 1965. São Luís: Lithograf, p. XIII-XVII.
- LACROIX, Bernard. 1985. “Ordre politique et ordre social: Objetivisme, objetivation et analyse politique”. In: GRAWITZ, Madeleine ; LECA, Jean. (Dir.). *Traité de Science Politique*. La Science Politique; L'Ordre Politique. v.1. Paris. PUF, p. 469-565.
- LANDÉ, Carl. 1977. “Introduction: the dyadic basis of clientelism”. In: SCHMIDT, S.W. et alli.(Eds.). *Friends, Followers and Factions: a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, p. XIII –XXXVII.
- LE BART, Christian. 1998. “L’écriture comme modalité d’exercice du métier politique. Notes de recherche”. In: *RFSP*, vol. 48, fevrier, p. 76 – 96.
- MICELI, Sérgio. 1981. “Carne e osso da elite política brasileira pós-30”. In: Fausto, Boris. *História Geral da civilização brasileira: o Brasil republicano. sociedade e política (1930-1964)*. São Paulo: Difel, p. 557-596
- MOISÉS, José Álvaro. 1992. “Apresentação”. In: BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 9-13.
- OFFERLÉ, Michel. 1999. “Professions et Profession Politique”. OFFERLÉ, Michel.(Org.) *La Profession politique*. Paris: Belin, p. 7-35.
- POLLAK, Michel. 1989. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, vol 2, nº3, Rio de Janeiro: Vértice, p.3-15.
- REIS, Flávio. 2007. *Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão*. São Luís: [s.n.].
- ROCHA, Roberto. 2009a. “Terceiro Escrutínio”. In: *Jornal pequeno*, 19 de abril, p.3.
- ROCHA, Roberto. 2009 b. “Todos Somos Dutra”. In: *Jornal Pequeno*, 23 de agosto, p. 3.
- ROCHA, Roberto. 2008. “Presenta de Natal”. In: *Jornal Pequeno*, 7 de dezembro, p. 3.
- SABÓIA, Haroldo. “Renato Archer e as eleições de 1965”. 2010. In: *Jornal Pequeno*, 25 de julho, p.3.

- SABÓIA, Haroldo. 2009. "Sarney ou a impostura como regra". In: *Jornal Pequeno*, 14 de agosto, p.3.
- SARNEY, José. 2001. "O Cielo do Vitorinismo". In: BUZAR, Benedito. *Vitorinistas e Oposicionistas*. São Luís: Lithograf, p. 7-10.
- SENTOSÉ, João Trajano. 1999. *Brizolismo: Estetização da Política e Carisma*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- SHILLS, Edward. *Centro e Periferia*. 1992. Lisboa: Difel.
- SIMON, Pedro. 1994. "Pasqualini, o mestre e o exemplo". In: SIMON, Pedro. (org.). *Alberto Pasqualini: Obra Social e Política*. Brasília: Editora do Senado Federal, p. 19-53.
- SOUZA, Alada; SOARES, Fernando. 1985. *Leonel Brizola*. Porto Alegre: Tchê (coleção esses gaúchos).
- TAVARES DOS REIS, Eliana; GRILL, Igor Gastal. 2008. "Letrados e Votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil". *Tomo*, v. 13, p. 127-168.
- TAVARES DOS REIS, Eliana. 2009. " 'Em nome da cultura': porta-vozes e referenciais de políticas públicas no Maranhão". In: 14º Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, Recife.
- TAVARES DOS REIS, Eliana. 2004. "O IEPES do Rio Grande do Sul: 'guarda-chuva' institucional e 'universidade política' para os militantes de esquerda durante o regime militar". *Revista de História*, Vitória/ES, v. 16, p. 33-56.
- TAVARES DOS REIS, Eliana. 2003. "Juventude, Intelectualidade e política: a ativação do "legado" de André Forster e a consagração de uma geração". *Sociologias*, Porto Alegre, v. 10, p. 380-411.
- TAVARES DOS REIS, Eliana. 2002. "Repertórios de mobilização da "juventude de esquerda" do MDB gaúcho nos anos 70". *Cadernos de Ciência Política*: série teses e dissertações, Porto Alegre, v. 07, p. 27-54.
- WEBER, Max. 1987. *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica.

Fontes Citadas:

Jornal O Estado do Maranhão
 Jornal Pequeno
 Jornal Zero Hora
 Jornal Correio do Povo
 Jornal O Sul
 Jornal Diário Gaúcho